

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE TURISMO

DJANE CORRÊA SILVA

A POLUIÇÃO DA ZONA LITORÂNEA DE SÃO LUÍS:
um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo

São Luís
2012

DJANE CORRÊA SILVA

A POLUIÇÃO DA ZONA LITORÂNEA DE SÃO LUÍS:
um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Rosélis Câmara.

São Luís
2012

Silva, Djane Corrêa

A poluição da zona litorânea de São Luís: um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo/Djane Corrêa Silva. – São Luis, 2012.

77f.: il.

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientadora: Dr^a. Rosélis Câmara.

Monografia (Graduação em Turismo) – Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, Curso de Turismo, 2012.

1. Turismo litorâneo 2. Poluição 3. Balneabilidade 4. Meio ambiente.
I. Título.

CDU 338.483.11 (210.5)

DJANE CORRÊA SILVA

A POLUIÇÃO DA ZONA LITORÂNEA DE SÃO LUÍS:
um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Rosélis Câmara.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Rosélis Câmara (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

2º Examinador

3º Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus, pelo dom da vida e pela saúde que permitiram chegar até aqui. Muito obrigada Jesus Cristo, por tudo que o Senhor tem feito por mim, a grandeza do seu infinito amor me ajudaram a concretizar mais uma etapa em minha vida e sei que essa vitória aconteceu porque assim, o Senhor quis.

Agradeço aos meus pais, Rosangela Ribeiro e Raimundo Bastos, por tudo que fizeram por mim pelo apoio, dedicação, confiança, sempre me dando o melhor em estudos para crescer na vida. À minha mãe, pelo imenso carinho e palavras de sabedoria pronunciadas nos momentos de angústia e desespero que às vezes me faziam querer desistir.

Agradeço aos professores do Curso de Turismo, por todo aprendizado na área, pelos trabalhos enriquecedores e em especial à minha orientadora Prof^a Dr^a. Rosélis Câmara, pela paciência e pelo seu conhecimento compartilhado me mostrando assim, os melhores caminhos a seguir para a realização desta monografia.

Enfim, o meu muito obrigado a todos que ajudaram direta ou indiretamente na concretização deste trabalho.

*“Bendito o homem que confia no
Senhor e cuja esperança é o Senhor.”*
Jeremias 17,7.

RESUMO

Este estudo tem como objeto de análise o turismo litorâneo na Praia do Calhau, localizada no município de São Luís, - Maranhão. O estudo baseou-se na prática do turismo em zonas costeiras e investiga a condição de balneabilidade da praia do Calhau. Fato este, verificado por meio de testes laboratoriais realizados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Maranhão – SEMA. Procurou-se analisar se este evento interfere na atividade turística. Focaliza ainda, a importância do Nordeste e do Maranhão para o segmento do turismo voltado para sol e mar, salientando as principais praias da cidade de São Luís bem como suas características primordiais, dando ênfase à praia do Calhau. Ponderaram-se ainda as opiniões de empreendedores locais, residentes e turistas quanto a este episódio de poluição, observando se o mesmo intervém no desenvolvimento do turismo e a percepção ambiental que possuem da praia em questão. Aborda-se ainda o contexto ambiental, cuja relação com o turismo causa grandes questionamentos, como a importância da existência de um planejamento adequado e eficaz a esta prática em área frágil, como o caso do âmbito litorâneo, pois o turismo precisa também dessas áreas naturais para acontecer e contribuir para o seu crescimento. Porém, torna-se necessário que se pense em uma prática equilibrada onde sejam minimizados seus impactos negativos ao meio ambiente local.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo litorâneo. Poluição. Balneabilidade. Meio ambiente.

ABSTRACT

This study has as its object of analysis seaside tourism in Pebble Beach, located in the city of São Luís - Maranhão. The study was based on the practice of tourism in coastal areas and investigate the condition of the bathing beach of the Rock, verified by laboratory tests conducted by the Department of Environment and Water Resources of Maranhão - SEMA, and this fact interferes with the activity tourism. Still focuses on the importance of Maranhão in the Northeast and to the tourism industry facing the sun and sea, highlighting the main beaches of the city of St. Louis as well as its fundamental characteristics, with emphasis on Calhau Beach. It also weighed the views of local businesses, residents and tourists on this episode of pollution involved in tourism development and environmental awareness have the beach in question. It also addresses the environmental context, which relate to tourism because big questions, such as the importance of proper planning and effective practice in this fragile area, as the case of the coastal part because tourism also needs these natural areas to come and contribute to its growth. But it is necessary to think in a balanced practice where negative impacts are minimized to the local environment

KEYWORDS: Coastal tourism. Pollution. Bathing. Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
Figura 1 - Impactos da ação de turistas em 2ª residência	21
Gráfico 1 - Sexo dos residentes	35
Gráfico 2 - Faixa etária dos residentes	36
Gráfico 3 - Escolaridade dos residentes	36
Gráfico 4 - Frequência que costumam ir à praia	37
Gráfico 5 - Frequência que costumam tomar banho na praia	37
Gráfico 6 - Conhecimento das condições de balneabilidade da praia	38
Gráfico 7 - Balneabilidade	38
Gráfico 8 - Limpeza	39
Gráfico 9 - Esgoto	39
Gráfico 10 - Placas de sinalização	40
Gráfico 11 - Arborização	40
Gráfico 12 - Acesso	41
Gráfico 13 - Lazer	41
Gráfico 14 - Responsabilidade de manter a praia limpa	42
Gráfico 15 - Interferência negativa da poluição na atividade turística	42
Gráfico 16 - Conhecimento das áreas para onde converge o sistema de esgoto de São Luís	43
Gráfico 17 - Conhece alguma política voltada para despoluição e preservação ambiental do litoral ludovicense?	43
Gráfico 18 - Como você avalia seu papel enquanto cidadão para ajudar na preservação ambiental desta praia?	44
Gráfico 19 - Sexo dos turistas	44
Gráfico 20 - Origem dos turistas	45
Gráfico 21 - Faixa etária dos turistas	45
Gráfico 22 - Escolaridade dos turistas	46
Gráfico 23 - Renda dos turistas	46
Gráfico 24 - Costume de viajar	47
Gráfico 25 - As praias de São Luís possuem potencial turístico?	47
Gráfico 26 - O que lhe influenciou a visitar esta praia?	48
Gráfico 27 - Balneabilidade	48
Gráfico 28 - Limpeza	49
Gráfico 29 - Esgoto e saneamento	49
Gráfico 30 - Placas de sinalização	50
Gráfico 31 - Arborização	50
Gráfico 32 - Acesso	51
Gráfico 33 - Lazer	51
Gráfico 34 - Você acha que a poluição interfere negativamente na atividade turística nesta praia?	52
Gráfico 35 - Quando você escolheu o destino São Luís, tinha algum conhecimento das condições de balneabilidade que hoje se encontram as praias?	52
Gráfico 36 - Você pretende voltar a São Luís?	53

LISTA DE SIGLAS

PRODETUR NE	- Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste
CNTUR	- Conselho Nacional de Turismo
FUNGETUR	- Fundo Geral de Turismo
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
CONAMA	- Conselho Nacional de Meio Ambiente
SISNAMA	- Sistema Nacional do Meio Ambiente
PNGC	- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
IBGE -	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FURINTUR	- Fundo de Investimento do Turismo
MARATUR	- Empresa Maranhense de Turismo
SEEDATUR	- Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo
SEMA/MA	- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão
PCQA	- Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água
SMCQA	- Superintendência de Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental
SPMA	- Superintendência de Planejamento e Monitoramento Ambiental
ADETUR	- Agência de Desenvolvimento do Turismo

SUMÁRIO

	p.
1	INTRODUÇÃO 10
2	A DESCOBERTA DO LITORAL PELO TURISMO 13
2.1	Abordagem histórica 13
2.2	O uso do litoral pelo turismo 15
3	O LITORAL BRASILEIRO E A ATIVIDADE TURÍSTICA 18
3.1	Ocupação do litoral nordestino 22
4	A ROTA DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO 24
5	AS PRAIAS DE SÃO LUÍS E O TURISMO 27
6	METODOLOGIA 32
7	ANÁLISE DE RESULTADOS 34
7.1	Análise baseada na entrevista com donos e/ou funcionários de bares/restaurantes na orla da praia do Calhau 34
7.2	Análises baseada no questionário com residentes 35
7.3	Análise baseada no questionário com os turistas 44
8	ABORDAGEM AMBIENTAL EM FACE AO TURISMO LITORÂNEO 54
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS 58
	REFERÊNCIAS 60
	APÊNDICE A – Entrevista com donos e/ou funcionários de bares na orla de São Luís 64
	APÊNDICE B - Questionário para residentes 65
	APÊNDICE C - Questionário para turistas 67
	APÊNDICE D - Esgotos na praia do Calhau 69
	APÊNDICE E - Lixo acumulado na praia do Calhau e lixeira 70
	APÊNDICE F - Reportagem de Jornal impresso sobre as condições de banho das praias de São Luís e São José de Ribamar 71
	APÊNDICE G -Reportagem de Jornal impresso sobre tratamento de esgotos que são jogados no mar 72
	ANEXO A - Estudos laboratoriais realizados em 25/03/2012 74
	ANEXO B – Estudos laboratoriais realizados em 09/04/2012 75
	ANEXO C - Nota técnica sobre monitoramento das condições de balneabilidade das praias em 29 e 30/05/2012 76
	ANEXO D - Resultados coletados de acordo com o monitoramento realizado nos dias 29 e 30/05/2012 77

1 INTRODUÇÃO

O turismo surgiu da necessidade do homem preencher seu tempo livre, outrora conquistado através de grandes manifestações pelo trabalho racionalizado que permitiu essa conquista que o levou a buscar por alternativas que o fizesse utilizar esse período de maneira mais lúdica.

O tempo livre é considerado como um momento que pode ser direcionado ao lazer ou outras atividades. O lazer hoje é o tempo do qual poderia ser explorado ao máximo em descanso, recreação, saúde e cultura.

Em tempos remotos, nas sociedades antigas ou pré-industriais não se tinha conhecimento acerca do lazer, apesar de terem um tempo considerado curto para recreação. Porém, na sociedade moderna o tempo livre é de grande relevância, pois também é considerado fundamental para a própria manutenção da saúde do ser humano, dessa forma, busca-se mais qualidade nos serviços oferecidos.

O turismo se configura como um fenômeno de caráter social, e suas características consistem nos deslocamentos temporários para outros lugares sem fins lucrativos, de pessoas sozinhas ou em grupos que são motivadas por diferentes circunstâncias, entre as quais: lazer, descanso, saúde, cultura, áreas naturais. Essas pessoas saem da sua residência, do seu cotidiano em busca de novas experiências que satisfazem suas expectativas enquanto consumidores e expectadores.

O turismo como opção de lazer, tem se fortificado devido a alguns fatores como aborda Crisóstomo (2004, p.38), “melhor distribuição da renda familiar; progresso tecnológico; aumento do tempo livre.” Dessa forma, o tempo livre hoje, é em grande escala muito utilizado para a prática do turismo concebendo uma nova sociedade com mais liberdade de escolhas em como utilizar o seu tempo, consumir produtos sempre almejando novas formas de preencher suas necessidades.

O turismo se denomina como um fenômeno de caráter social, e sua característica consistem nos deslocamentos temporários para outros lugares sem fins lucrativos, de pessoas sozinhas ou em grupos que são motivadas por diferentes circunstâncias, entre as quais: lazer, descanso, saúde, cultura, áreas naturais. Essas pessoas saem da sua residência, do seu cotidiano em busca de novas experiências que satisfazem suas expectativas enquanto consumidores e expectadores.

O gradativo avanço do turismo tem o tornado uma atividade massiva findando em várias conseqüências, pois a busca crescente por ambientes naturais têm causados impactos negativos que devem ser tratados com bastante importância, tendo em vista que a não manutenção e o uso desenfreado do ambiente natural destinado ao turismo pode acarretar sua descaracterização e desuso como acontece com as praias, que a partir da poluição do litoral o destino perde a sua importância turística causando efeito dominó na queda do número de frequentadores locais, turistas e também aos trabalhadores que dependem dessa fonte de subsistência.

Esta pesquisa monográfica tem como objetivo analisar a poluição das zonas litorâneas mais especificamente a praia do Calhau, em São Luís-MA, e a influência que essa condição produz no turismo.

Nesse sentido, o trabalho está estruturado em nove capítulos. Sendo que no primeiro capítulo foi feita uma abordagem histórica acerca do estudo baseando-se no referencial teórico estabelecido. No segundo capítulo descreve-se como se deu o surgimento do turismo motivado pelo desejo de escapar da rotina que vivenciamos em nosso cotidiano, onde esse desejo de fuga culmina na busca pelo novo, por áreas naturais procuradas para, descansar, relaxar, revigorar forças para a volta ao trabalho. Analisa-se a descoberta do litoral pelo turismo de modo geral, onde é feita uma abordagem histórica de como era feito o uso das zonas litorâneas pela atividade turística, cuja usabilidade era feita principalmente para fins terapêuticos na Europa no século XVIII.

No terceiro capítulo é feita um revê estudo sobre o litoral brasileiro e atividade turística e todo seu desenvolvimento e importância que ganhou, visto que o Brasil possui grande faixa de costa litorânea. Abordando principalmente, o nordeste enquanto região detentora de belas praias e como se deu seu desenvolvimento e despertar para o turismo.

Adiante, no quarto capítulo, aborda-se a rota do turismo no nordeste brasileiro, onde apesar do território nordestino contar com um considerável ecossistema de recursos naturais e com grande potencial turístico e projetos como o PRODETUR* ainda amargamos os piores índices de estados mais pobres da federação.

No quinto capítulo, descrevem-se as praias de São Luís, tais como: São Marcos, Calhau, Caolho, Araçagi, Olho d'Água Ponta D'Areia e suas características e os projetos e ações realizados pelo poder público em prol do turismo.

*Programa de Desenvolvimento do Turismo, operacionalizado pelo Ministério do Turismo –Mtur, com o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Como metodologia, este trabalho foi respaldado em análises documentais, bibliográficas, consultas na internet. Além da realização de entrevistas e aplicação de questionários. As entrevistas foram realizadas com 20 pessoas, sendo donos e/ou funcionários de bares na orla da praia do Calhau. Aplicou-se ainda, questionários com frequentadores entre os quais, turistas e residentes no total de 30 de cada categoria, entre os dias 19 e 21 de abril de 2012, para identificar como os mesmos percebem o problema da poluição e a influência no turismo.

Para concluir foram feitos registros fotográficos da praia em questão, com o intuito de mostrar a situação que esta se encontra. O estudo apresenta também reportagens recentes de jornais impressos referentes ao assunto e resultados de análises laboratoriais acerca da balneabilidade das praias.

Portanto, o presente trabalho procura contribuir, apresentando elementos que auxiliem no entendimento do turismo litorâneo na orla de São Luís na atualidade a partir da problemática da poluição dessa área muito procurada pelos turistas e pela própria população como opção de lazer. O estudo analisa a presente situação que se encontram as praias de São Luís e como esse cenário influencia na atividade turística, sugerindo a prática de um turismo realmente sustentável.

2 A DESCOBERTA DO LITORAL PELO TURISMO

2.1 Abordagem histórica

Não podemos falar em Turismo, sem antes buscar na história, o processo de conquista desse tempo destinado a prática de atividades não obrigatórias e prazerosas, onde o homem pode colocar em prática suas aspirações opostas àquelas em que ele vive no seu cotidiano, na família ou no trabalho.

O trabalho industrial que teve seu marco no século XVIII apresentou como características notórias a exploração da mão de obra humana, no qual o objetivo era produzir em grande quantidade no menor tempo possível. A vida dos trabalhadores advindos do campo mudou radicalmente, do qual o trabalho que era feito respeitando o ritmo da natureza foi substituído pelo trabalho exacerbado sem pausa duradoura que outrora era oportuno. E assim, os operários realizaram o que ficou conhecida como Revolução Industrial, onde o ritmo de trabalho, aliado a outros fatores ocasionou a reivindicação por melhores condições de trabalhos, redução da jornada, melhores salários e férias remuneradas.

Com essas conquistas o homem passou a usufruir um tempo livre sem obrigações trabalhistas e longe do estresse do seu cotidiano habitual. Para preencher esse tempo livre, foram sendo criadas novas necessidades dentre as quais: a de viajar. De acordo com Fuster (1974), a forma de turismo como a que vemos hoje surgiu na Europa no século XIX onde um homem de origem inglesa conhecido como Thomas Cook, considerado o pai do turismo moderno elaborou o primeiro pacote de turismo aéreo dando surgimento as operadoras de turismo. Nessa perspectiva o turismo fora se expandindo em nível mundial ocasionando crescimento em segmentos importantes para a efetiva prática do turismo: hotéis, restaurantes, infraestrutura, agências, etc.

A partir de 1950, Senac (1998) o turismo se desenvolve de forma expressiva culminando na mudança de estilo de vida em todo o mundo. O período pós-guerra desencadeará mudanças culturais que possibilitaram o desenvolvimento da atividade turística.

No Brasil, Ignarra (2003) revela que o turismo receptivo brasileiro era bastante rudimentar, sem estruturas, pois nesse período não havia meios de hospedagens na cidade do Rio de Janeiro. Somente no início do século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil percebe-se grande expansão urbana com surgimento de hospedagens para atender a

grande demanda, especialmente no Rio de Janeiro. Já na segunda metade do século XIX, há o desenvolvimento de meios de locomoção como descreve Ignarra (2003, p.7):

Na segunda metade do século XIX, principalmente pela ação do Visconde de Mauá, desenvolve-se os transportes movidos a vapor [...]. Essa evolução dos transportes, evidentemente, propiciou um grande incremento de deslocamentos, notadamente para o Rio de Janeiro.

Ainda segundo Ignarra (2003), na metade do século XIX cresce o número de estabelecimentos de hotéis e restaurantes no Rio de Janeiro, em 1885 houve a inauguração de trem (que existe até hoje) para subir o Corcovado, caracterizando este, como primeiro atrativo a receber infraestrutura. Em 1908 houve um marco na hotelaria moderna do país com a inauguração do Hotel Avenida no Rio de Janeiro. Em 1927, houve um grande impulso para o turismo interno e externo, do qual a empresa área antes Lufthansa, mais tarde deu início a VARIG. Ainda em 1968, houve a criação de órgãos regulamentadores da atividade turística no Brasil, como: CNTUR (Conselho Nacional de Turismo), FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo) e a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo).

O turismo hoje, se apresenta como uma atividade econômica que está ganhando um grande espaço em escala mundial como evidencia Dias (2003, p.9) “no final do século XX, o turismo converteu-se na atividade mais importante do mundo, caracterizando-se por um crescimento espetacular”. Devido a essa questão, a alta competitividade faz com que as empresas tornem-se especializadas buscando oferecer produtos diferenciados através de uma clientela específica, culminando na segmentação do turismo para melhor estruturação em: turismo de lazer, turismo religioso, turismo de sol de praia, entre outros.

Sua crescente evolução se deu, dentre outros motivos, ao fato de as pessoas buscarem no turismo uma forma de lazer onde se alivia o estress causado por uma vida agitada e tumultuada oriunda de grandes centros urbanos. Como consequência observa-se que principalmente nos feriados e fins de semana há lotações em praias, tendo em vista que os lugares detentores de belezas naturais, como o litoral, configuram-se como opções de lazer e descanso. Nessa mesma linha de pensamento, Ruschmann (1997) cita ainda fatores que proporcionaram crescimento no turismo ao longo dos anos:

- a) A ampliação do tempo livre em decorrência da racionalização e da crescente produtividade nas empresas;
- b) Evolução tecnológica, que culminou no aumento na produtividade e a diminuição dos custos da produção.

- c) Aumento da distribuição de renda da população que permitiu que classes sociais mais baixas pudessem realizar gastos com viagens de turismo;
- d) Amplo leque de empresas que organizam e comercializam viagens de férias;
- e) O crescimento de processos urbanísticos resultante da industrialização;
- f) Redução de áreas “verdes” nas grandes cidades e os conflitos psicológicos da vida na cidade, que motivam as viagens de férias e de fins de semana.

2.2 O uso do litoral pelo turismo

O uso da zona costeira não é tão recente como se imagina. Sua descoberta se procede de tempos remotos, mas precisamente na Europa, do qual adiante fora se expandindo no resto do mundo.

A busca por balneários acontece na Europa no início do século XVIII, Fonteles (2004, p.28) relata que,

O europeu de classe alta passou a valorizar a emoção do banho. Esperava-se que o mar acalmasse suas ansiedades, corrigisse os efeitos perversos da civilização urbana, prática muito comum ainda nos dias de hoje. [...] A elite européia do século XVIII, bem como setores da classe média com maior poder aquisitivo, podia sair do seu cotidiano, e temporariamente, experimentar uma relação mais íntima com os ambientes naturais.

Os banhos no mar eram utilizados primeiramente para fins terapêuticos, receitados por médicos (banho de mar). Como citado acima, quem usufruía eram pessoas que detinham de alguma enfermidade ou convivia nas cidades em ambientes poluídos e com mau cheiro. O sol, o mar, a paisagem, a brisa eram vistos como fatores que ajudavam restabelecer a saúde física e mental dos mais ricos.

Adiante, no século XIX os espaços litorâneos passam a ter um papel social, assim, na Europa a praia passa a ter a função que hoje denominamos como “segunda residência”, presente em países como Inglaterra, França, Itália e Espanha, caracterizada por: *spas*, iatismo, bailes e passeios à beira mar. A facilidade de acesso devido à crescente industrialização transforma as praias em meio de descanso para classes altas, a partir de então, estas se popularizam e são descobertas pelas demais classes sociais.

O litoral voltado para o lazer no século XIX foi mais vivenciado na área do Mediterrâneo, local que até hoje é visto como um lugar de atração turística em nível mundial, do qual antes usufruído por uma pequena demanda, a partir da década de 60 torna-se um turismo de massa, pois de acordo com Barreto (1995, p.52), “a sociedade é marcada pelas consequências da melhoria dos transportes, nas áreas de comércio, indústria, serviços e realocação de mão de obra, apareceu uma classe média que passou a ter melhores salários, podendo pagar por entretenimento”.

Nessa mesma época, o turismo passa a ter novo olhar e se expande para demais localidades, como aborda o Ministério do Turismo¹ (2008, p.15-16):

Nessa década o turismo passa a ser considerado um fenômeno social, com o crescimento expressivo dos fluxos turísticos nas regiões litorâneas. É ainda na década de 60, que esse segmento amplia-se para outros continentes, surgindo assim, os grandes destinos litorâneos como Acapulco (México), Viña Del Mar (Chile), Mar Del Plata (Argentina), Punta Del Este (Uruguai).

O processo de globalização que caracteriza o mundo moderno provocou a internacionalização do turismo transformando esta prática em caráter personalizado, ou seja, se antes havia uma padronização de produtos turísticos e estes pleiteavam em massificação, hoje está orientado para outra forma, que é a busca por destinos alternativos Donaire (apud Spinola, 1995) conhecidos como locais exóticos e distantes, que graças as melhorias no transporte os destinos passam a concorrer de forma local, regional, nacional e internacionalmente. Apesar de a globalização gerar o conhecimento de muitos lugares antes escondidos e desconhecidos sua consequência também pode ser percebida negativamente de forma econômica e socialmente, como aborda Coriolano (1998, p. 20),

Este mercado globalizado exclui muitos lugares e grupos sociais das atividades econômicas. O turismo não foge à regra geral pois, apesar de ser um direito do cidadão, nem todos têm acesso a ele. A Conferência Mundial de Turismo (OMT) [...] afirmava que o “turismo é um direito do homem e deve contribuir para a realização plena do ser humano [...] deve respeitar sua identidade, sua dignidade, assim como originalidade das culturas e o respeito ao patrimônio moral dos povos.

No que tange à contemporaneidade, o turismo configura-se como uma prática significativamente aprimorada, que movimenta a economia em termo de bilhões de dólares ao ano, caracterizando assim uma atividade cada vez mais personalizada, com profissionais capacitados demandando de uma diversificação de produtos e serviços a fim de satisfazer as expectativas do turista que está altamente exigente e desejando cada vez mais viajar.

Pois, segundo Coriolano (1998, p.30)

¹ BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

A idéia de viajar vem penetrando de tal forma na mente do homem moderno, que, cada vez mais, se fortalece como uma conquista, um direito, uma possibilidade, um consumo. Pode-se afirmar que a viagem é hoje um dos grandes consumos criados no contexto da sociedade através dos meios de propagação coletiva, sobretudo no contexto da sociedade através dos meios de comunicação de massa eletrônicos.

Com base nessas mudanças, Barreto (1995) afirma que estamos vivenciando uma sociedade do qual a autora denomina como “sociedade do ceticismo”, caracterizada por um mundo competitivo e individualista, modificando a forma de fazer o turismo, em que a confiança de uma vivência real de alguém conhecido vale mais que uma simples publicidade do destino.

Hoje, o turismo precisa se renovar para atender a essas necessidades do novo perfil do visitante, onde Beni (1990) cita que para a sua sobrevivência são necessários os seguintes itens: (a) inovação; (b) desempenho; (c) qualidade. Priorizando esses aspectos, a atividade oferecerá ao turista serviço individualizado, com qualidade permitindo que este, satisfaça as suas necessidades, vivencie novas sensações, costumes, modos de vida transformando sua viagem em um meio de aprendizado e experiências que serão levados em sua memória, propiciando a conquista de mais visitantes por meio de tal experiência.

Ao utilizar a praia como produto turístico, é necessário estar atento a questões importantes, como cita Valls (2006, p. 27-28) “também se pode configurar um produto [turístico] de praia, se esta convenientemente organizada e limpa, ter areia tratada, acessos adequados, orla urbanizada [...]”. Dessa forma, o cenário litorâneo aproveitado para a atividade turística deve ser valorizado e planejado adequadamente, pois assim, suas características serão melhoradas como, por exemplo, suas condições sanitárias, para que a comunidade possa usufruir dessa área de lazer com qualidade.

3 O LITORAL BRASILEIRO E A ATIVIDADE TURÍSTICA

O Brasil é um país de extensas dimensões continentais, como descreve Trigo (2001, p.21),

O Brasil tem 8.547.403 km², abrangendo 47,9% da América do Sul; [...] Divide-se em 26 estados, 17 litorâneos e 9 interioranos, além do distrito Federal. Seu litoral tem 7.400 km de extensão, com vastas praias de areias brancas; o estado do Piauí tem o menor litoral e a Bahia o mais extenso, com 923 km. Possui 34 parques nacionais, vários parques estaduais e reservas biológicas [...].

Segundo Fonteles (2004), a ocupação do litoral brasileiro se deu desde a época da colonização e aconteceu de forma violenta, onde os colonizadores forçavam os indígenas que aqui se encontravam a praticar novos valores à sua cultura. Apesar da ocupação no litoral brasileiro ter iniciado por volta de 1500, somente a partir do século XX os subúrbios das cidades costeiras passaram a ter uma estrutura urbana, entre elas estão: Copacabana (Rio de Janeiro), Rio Vermelho (Salvador), Boa Viagem (Recife), Iracema (Fortaleza), entre outras.

O banho do mar no Brasil se deu início no Rio de Janeiro por volta do século XX e depois se expandiu para demais localidades, e o poder público passou a perceber esse fato, como relata Fonteles (2004, p.37):

O banho de mar, no Brasil, começou a ser praticado no século XX, tornando-se hábito na capital federal, o Rio de Janeiro. Espalhou-se pelos principais centros urbanos litorâneos, intensificando-se a partir da década de 1950. Na década de 1960, quando o poder público começou a se preocupar com o turismo e vislumbrar nessa atividade uma alternativa de emprego e renda, o mar passou a ser mais explorado como área de lazer [...].

Atualmente as praias são locais bastante procuradas por turistas e pela própria população local, visto que a beleza cênica que estes cenários litorâneos apresentam é considerada como forte atrativo para as maiores demandas turísticas nestas áreas. Cruz (200) apud Casimiro Filho (2002, p.2) traz elementos que contribuem significativa a busca por zonas costeiras no Brasil,

[...] as regiões litorâneas, que dispõe de belas praias ensolaradas e de águas com temperaturas agradáveis (em torno de 28°C), isso aliado ao clima quente, com temperatura média entre 25° e 30° C praticamente o ano inteiro, encontram-se entre os espaços mais visitados do mundo pelos turistas, as quais constituem um recurso escasso do ponto de vista pelo uso da atividade.

Dessa forma, é cada vez maior o número de turistas nas zonas costeiras, então torna-se primordial que se tenha conhecimento do ambiente costeiro a fim de analisar a melhor forma de utilização das áreas, evitando ações que possam ameaçar seu equilíbrio e

qualidade de vida. Segundo Vasconcelos (2005, p. 15), a “zona costeira é lugar de pressão demográfica e econômica, é também fonte de recursos naturais utilizados pelas populações humanas. A combinação desses fatores está na origem de muitos conflitos de usos e interesses atuais e futuros”.

O litoral nordestino é um claro exemplo disto, uma vez que seu ecossistema é constantemente transformado pelo maior fluxo de turistas na região, uma vez que as paisagens exuberantes motivam este crescimento do turismo na região. Porém, Mendes (2002) aponta o turismo como uma das formas mais atuais de conflito de uso na zona costeira. Segundo o autor, a apropriação dos espaços litorâneos pelo turismo tem ocorrido de forma desordenada, visando exacerbadamente à acumulação e ao lucro.

A ocupação desorganizada nesses locais é um exemplo desta problemática, pois devido a fatores como a construção de novas áreas para moradia em frente ao mar com carência de planejamento turístico, está contribuindo consideravelmente para a sobrecarga e degradação da área que não estava preparada para receber um fluxo maior de lixo, construções e urbanização tão grande.

No Brasil, Casimiro Filho (2002, p.25-26) aborda o surgimento de órgãos importantes que visam estruturar o desenvolvimento do turismo no país:

Em 1966, inicia-se um novo período para o segmento do turismo com a promulgação do Decreto-Lei Nº 55, de 18 de novembro, que cria os organismos oficiais, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e define a primeira política nacional de turismo. O Decreto-Lei Nº 60.2247, de 16 de fevereiro de 1967, que regulamentou o Decreto-Lei Nº55/66, também criou o Sistema Nacional de Turismo formado pela EMBRATUR, CNTur e Ministério de Relações Exteriores.

Esses órgãos se incumbem de desenvolver políticas públicas que buscam aliar o desenvolvimento do turismo à criação de emprego e renda, buscando a melhoria na infraestrutura básica e turística, adequando as características das localidades.

Com vistas ao meio ambiente, teoricamente, no Brasil temos as legislações que visam proteger nossas florestas e também o litoral brasileiro da degradação ambiental. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu Art. 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) que é o órgão que faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), em sua resolução nº 341/2003 aborda critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis, na Zona Costeira, nos termos do Art.2º²:

Art.º 2 Poderão ser declarados de interesse social, mediante procedimento administrativo específico aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis em dunas originalmente desprovidas de vegetação, atendidas as diretrizes, condições e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

§ 1º A atividade ou empreendimento turístico sustentável para serem declarados de interesse social deverão obedecer aos seguintes requisitos:

[...]

III - não comprometer os atributos naturais essenciais da área, notadamente a paisagem, o equilíbrio hídrico e geológico, e a biodiversidade;

IV - promover benefícios socioeconômicos diretos às populações locais além de não causar impactos negativos às mesmas;

[...]

VI - garantir o livre acesso à praia e aos corpos d'água;

Percebemos então, que a atividade turística pode ser realizada nas zonas costeiras, desde que atendam aos requisitos de interesse social, como: não danificar a paisagem local, gerar benefícios socioeconômicos para as populações autóctones, garantir livre acesso á praia, entre outros.

Como foi abordado anteriormente, a demanda de visitantes no litoral do Nordeste é crescente, mas devido à alta fragilidade dos ecossistemas costeiros é necessário haver um planejamento, gestão e controle dessa massificação na área afim de evitar o desequilíbrio ambiental nestes espaços. Segundo dados do Ministério do Turismo (2010) dentro os 65 destinos indutores de turismo no Brasil 23 estão na região Nordeste em suas áreas litorâneas.

Por isso está cada vez maior a preocupação com a criação de meios que desacelerem a degradação nessas áreas. Incrementando investimentos e a criação de programas pelo poder público. Todo este investimento se explica pelo crescente número de turistas nacionais e estrangeiros buscando áreas ainda não totalmente modificadas por ações antrópicas. Muitos deles investem no mercado de segunda residência. De acordo com Coriolano (1998, p.99), “[...] amplia-se o uso do litoral, levando-o a um processo de urbanização, de produção do espaço e de degradação ambiental, com elevada concentração de segundas residências e de equipamentos urbanos que servem de infraestrutura ao turismo e ao lazer.”

² CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 341 de 25 de setembro de 2003.

Nessa perspectiva, temos a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, apontando os principais impactos dos turistas de segunda residência nestas áreas:

Figura 1 – Impactos da ação de turistas em 2ª residência

IMPACTOS DA AÇÃO DE TURISTAS EM 2ª RESIDÊNCIA			
	AMBIENTAIS	ECONÔMICOS	SOCIAIS
Positivos	Modelos de produção de energia limpa Infra-estrutura sanitária Estudos de impacto para áreas de preservação	Aumento da receita pública Investimento local Geração de trabalho de renda	Diversidade cultural Capacitação
Negativos	Superutilização de recursos naturais Poluição ambiental Invasão de áreas protegidas	Aumento geral de preços Aumento da informalidade Especulação Imobiliária	Banalização Cultural

Fonte: pesquisa FGV/ EMBRATUR

Fonte: FGV/EMBRATUR. Mercado de turistas estrangeiros de segunda residência no país. FGV/EMBRATUR. Rio de Janeiro, 2008.

Nas décadas de 70 e 80, o desenvolvimento do turismo no Brasil nas áreas litorâneas contribuiu para a degradação dos ecossistemas nestas áreas. Neste sentido Vasconcelos (2005, p. 16) diz que,

[...] a ocupação humana de forma desordenada dessas regiões pode ocasionar o rompimento do equilíbrio dinâmico reinante, com consequências e impactos sempre negativos ao ambiente costeiro. Além disso, é na zona costeira que se fazem sentir mais acentuadamente os impactos das mudanças globais como a elevação do nível do mar e as manifestações climáticas.

A presença do homem no litoral alterou o crescimento destes espaços, bem como modificou o processo de ocupação, surge então, a necessidade de mudança desta relação homem-litoral para que o diálogo entre os distintos agentes locais possa contribuir com o desenvolvimento de forma sustentável destas áreas e este patrimônio natural possa ser usufruído por gerações futuras.

3.1 Ocupação do litoral nordestino

O Nordeste possui uma zona costeira de 3.300 Km de extensão cerca de um terço de todo litoral brasileiro e o turismo nesta região cresceu de forma acelerada. Desde a época

do descobrimento do Brasil os colonizadores europeus já começaram a ocupar o litoral brasileiro. Desde então a ocupação destas áreas tem sido de difícil comunhão com os interesses ambientais.

Hoje o turismo no litoral nordestino é uma das apostas para o desenvolvimento econômico da região. Buscando atrair ainda mais turistas, as empresas públicas e privadas têm buscado investir em empreendimentos voltados para as melhorias dos meios de acesso a estas áreas, como aeroportos, rodoviárias, estruturas ferroviárias e viárias, além da implantação de novas linhas de transporte. Pearce (2003) fala que aspectos como as características do local; tipos de atração; formas de acomodação; vias de circulação; lojas e serviços voltados a turistas; acomodações para os provedores dos serviços turísticos; instalações; e a existência de outras funções urbanas devem ser observadas. Tais fatores são indispensáveis ao planejamento turístico responsável na zona costeira.

A atual legislação de meio ambiente existente no Brasil, ainda não foi suficiente para coibir as ações que causem impactos ambientais nestas regiões no que se refere à ocupação, uso e conservação. Pois além de muitas vezes não serem respeitadas, ainda são por muitos desconhecidos e a fiscalização para averiguar todo o litoral brasileiro demonstra ser insuficiente.

Quanto á ocupação destes espaços costeiros no Nordeste sabe-se que em muitas áreas costeiras já havia ocupação humana prévia e o turismo somente promoveu uma modificação no cenário econômico ao favorecer a criação de funções turísticas, quase uma padronização dos lugares para que eles se transformem em espaços com valor de uso para o mercado mundial. Os investimentos financeiros passaram a ser massivos nestas áreas, com a construção de *resorts* para turistas, e que foram construídos alheios à realidade dos moradores prévios destas áreas. Isto significa que em grande parte das vezes não houve uma melhoria de qualidade de vida efetiva para estes moradores, portanto não pode ser considerado como uma alternativa viável para o desenvolvimento social destas comunidades.

Para Mendes (2002, p.44), “o turismo é, sem dúvida, a modalidade mais recente de uso e conflito do litoral”. Muitas vezes mesmo em áreas não preparadas previamente para este crescimento do turismo, houve uma expansão alheia à sua capacidade. Em função da ausência de planejamento.

Como confirma Barros (2002, p.14):

[...] as áreas litorâneas são tão mais submetidas a pressões de uso da terra pelo turismo, quanto mais próximas estejam elas das concentrações urbanas (mesmo não capitais) e quanto maior for esta concentração; e, ao contrário, são mais preservadas em seus recursos naturais aquelas áreas litorâneas mais afastadas das concentrações urbanas.

O crescimento da atividade turística de forma acelerada na região Nordeste produziu efeitos negativos em igual proporção. A ausência de políticas públicas eficazes para comandar este desenvolvimento das áreas litorâneas no Nordeste, fez com que fosse crescente o número de conflitos ambientais provenientes do desenvolvimento do turismo costeiro nesta região.

Torna-se imprescindível uma política de conservação ambiental efetivamente atuante, que atenda ao que está disposto na Lei nº. 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)³, segundo o qual busca os seguintes objetivos:

A promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de *gestão pró-ativa* da Zona Costeira;

O estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades sócio-econômicas na Zona Costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;

O desenvolvimento sistemático do diagnóstico da qualidade ambiental da Zona Costeira, identificando suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências predominantes, como elemento essencial para o processo de gestão;

A incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o PNGC;

O efetivo controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental sob todas as formas, que ameacem a qualidade de vida na Zona Costeira; e

A produção e difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento e aprimoramento das ações de Gerenciamento Costeiro.

Assim podemos afirmar que, a população local e os turistas têm direito de usufruir de igual maneira destas riquezas naturais, de equilibrada, ou seja, de forma sustentável.

³PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO: o PNGC foi constituído pela Lei 7.661, de 16/05/88.

4 A ROTA DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO

O Nordeste brasileiro é uma das regiões brasileiras mais ricas em belezas naturais, mas que ainda sofre com problemas sociais, econômicos e de infraestrutura. A região Nordeste do Brasil é composta por nove estados estes sendo: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O território Nordestino conta com um abundante ecossistema de recursos naturais, com grande potencial turístico – com destaque para suas praias e seu clima-, e, por conta disso, o turismo tem sido considerada uma das atividades prioritárias para a região e foco de atenção do mercado, que vem enfrentando um crescimento gradativo nas últimas décadas.

Esta região é considerada como um dos mais importantes pólos turísticos nacionais, comercializado como “paraíso tropical”, tornando suas cidades litorâneas como grandes núcleos receptores de turistas internos e externos, fortificando-se assim como destino turístico.

As políticas de estímulo ao turismo no Nordeste do Brasil se iniciaram nos anos 70, a partir de políticas governamentais de nível federal (CRUZ, 2000; FONSECA, 2010). Na década de 80 a forte queda na atividade industrial na região abre espaço para o crescimento da atividade turística (FERREIRA; SILVA, 2007). Desde finais da década de 80 já se desenvolvem projetos dentro do que Cruz (2000) chama de “política de megaprojetos”, que tinha como objetivo aumentar a oferta hoteleira da região, considerada uma das principais deficiências do turismo regional. Esta política se baseava na oferta de incentivos fiscais e financeiros para a construção de toda a infraestrutura turística no litoral da região, principalmente hotéis.

Para Casimiro Filho (2002, p.36), os itens apontados como inibidores do turismo no Nordeste aponta que apesar dos atrativos, o turismo era inexpressivo dado a falta de estruturas básicas para sua efetivação.

Os fatores apontados como inibidores do turismo no Nordeste foram a falta de adequada infra estrutura de serviços urbanos e turísticos, o pequeno investimento de promoção no exterior, a pouca qualificação da mão de obra e a carência de recursos para financiar empreendimentos privados.

Para resolver esses problemas, os investimentos públicos em infraestruturas realizadas no ambiente de um amplo programa, iniciado nos anos 90 – o PRODETUR, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste- é um ponto decisivo na história do desenvolvimento turístico na região Nordeste.

Segundo Ignarra (2003, p.113),

[...] O PRODETUR tem propiciado condições estratégicas para o crescimento do setor, financiando obras de infra estrutura (rodovias, aeroportos, abastecimento de água, esgotamento sanitário), bem como ações de desenvolvimento institucional e de proteção ao meio ambiente. Essas obras, embora implementadas em função do turismo, acabam beneficiando outros setores, mas ainda deixam a maioria da população à margem desses benefícios, pagos com recursos públicos e que deveriam favorecer a todos.

Essas ações pleiteiam a infraestrutura básica e não apenas turística, como discorre Casimiro Filho (2002, p.38),

[...] Vale salientar que o PRODETUR/NE não é um programa específico do turismo, mas sim de todos os setores que estão diretamente relacionados com o turismo, como: transporte, comunicação, saneamento e conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico. Ou seja, é um programa de infraestrutura básica e turística. Cabe ressaltar que essas obras de infraestrutura básica, além de atenderem aos anseios do segmento do turismo, capacitam a região para atrair investimentos privados, aumentando assim, a renda, o número de empregos etc.

Com um meio favorável para o desenvolvimento da atividade, cresce o número de investidores nacionais e estrangeiros, por propiciar fatores que possibilitam a implantação de empreendimentos turísticos gerando assim, emprego e renda para a população. Fonteles (2004) revela que entre os anos de 90 e 94 houve um grande acréscimo de turistas estrangeiros na região Nordeste, culminando em receita de U\$\$ 1bilhão.

De acordo ainda com o mesmo autor, dados do banco do Nordeste revelam que entre 96 e 2000 houve uma crescente de 56% no fluxo turístico nesta passando de 6,8 para 10,6 milhões de visitantes. Além de um grande investimento de U\$\$ 670 milhões no Nordeste, através do PRODETUR, com projetos de infraestrutura.

Deve-se observar que, em relação ao mercado europeu, o Nordeste é o destino brasileiro que se encontra estrategicamente melhor localizado; com os menores tempos de voos. A cidade de Natal, por exemplo, está a 6 horas de voo de Lisboa e pouco mais de 7 horas de Paris (voos diretos).

O período mais recente do desenvolvimento turístico do Nordeste está marcado pelo crescimento das atividades imobiliárias associadas ao turismo. Além disso, se destaca grandes projetos de conjuntos residenciais integrados às instalações turísticas compostas por hotéis e espaços de lazer.

Uma reflexão sobre o desenvolvimento do turismo na região Nordeste aponta para um novo “redesenho territorial” desta área metropolitana, formada pelos municípios costeiros. Não somente evidenciam-se impactos sociais e econômicos que se apresentam como desafios, uma vez que acarretam alterações nas relações de emprego e renda, mas também alterações

nos níveis de integração e configuração da rede urbana. O meio ambiente e os recursos naturais também estão sendo afetados, uma vez que se transformam em ativos econômicos, disputados pelos agentes do setor turístico e imobiliário. Podemos ainda destacar que o interesse social não é o fator predominante nestas relações, na medida em que o aumento no valor do solo litorâneo impede que as classes mais pobres possam continuar estabelecidas, o que gera um aumento no déficit habitacional nas sedes e distritos.

Uma das dificuldades enfrentada pelo Nordeste na aplicação de planos de desenvolvimento turístico é o fato de que as capitais nordestinas acabam concentrando a maior parte dos investimentos turísticos, além das atividades econômicas centrais e gerenciais. Fazendo com que os outros municípios menores tenham uma menor capacidade de decisão nas ações de promoção e de desenvolvimento. Daí a necessidade de redesenho da acessibilidade dos municípios aos planos de desenvolvimento, em uma tentativa de integrar o litoral com as áreas internas dos estados nordestinos, para que não se formem guetos na zona da praia. O turismo costeiro no Nordeste é um dos segmentos que mais recebe incentivo. E atualmente, busca reverter a imagem da região muito sofre com a estiagem e desigualdade social, numa tentativa de demonstrar as qualidades de cada estado componente para as práticas do lazer.

5 AS PRAIAS DE SÃO LUÍS E O TURISMO

O Brasil detém de uma área de 8 mil quilômetros de costa, são praias e ecossistemas diversos, além das valiosas contribuições culturais com características que se diferenciam, dependendo da região. As desigualdades sociais são significativas, e este fato é um dos que contribuem para a concentração de renda, fazendo com que o turismo seja uma atividade importante para a geração de emprego e renda, ou seja, o modelo de turismo aberto transforma os moradores de uma região em investidores, Petrocchi (1998). O turismo pode fomentar o surgimento de oportunidades de negócios para grandes e pequenos investidores, além da comunidade que começa a buscar qualificação profissional para atuar neste setor que tem uma característica inclusiva.

Dado ao seu caráter de inclusão, as políticas públicas de regulamentação do setor e incentivo tem sido criadas com objetivos para que se possa atingir a preservação histórica, cultural e natural dos destinos turísticos, gerando assim melhorias nos espaços e serviços, permitindo o bem-estar da população local e visitante. Nesse sentido, Ruschmann (1997) revela que o plano de desenvolvimento é fundamental na determinação das prioridades que estimularão o crescimento do turismo em cada região. A mesma autora ainda dispõe que, a atividade turística é capaz de aproveitar as potencialidades de uma localidade, favorecendo a entrada de divisas estrangeiras explorando, sustentavelmente seus patrimônios naturais e culturais.

Como já acontece a nível nacional, a preocupação com o Turismo no Maranhão também é um item que vem sendo discutido há alguns anos.

O Maranhão possui uma localização geográfica privilegiada, contando com um ecossistema variado. Além de possuir a 2ª maior orla marítima do Brasil, com 640 Km de extensão possui ainda o único delta em mar aberto das Américas. A capital São Luís possui 32 km de litoral e tem algumas das praias mais visitadas pelos turistas que vêm ao Maranhão, essas praias passaram a ter uma maior atenção por parte do poder público devido à especulação imobiliária que teve um crescimento perceptível nestas áreas, agora bairros nobres da Ilha de São Luís.

De forma cronológica, Vieira (2011) explicita que, em 1962 foi criado o Departamento de Turismo e Promoção do Estado, no Maranhão. Este Departamento promoveu então concursos de manifestações folclóricas, editou guia com roteiros de turismo da capital São Luís, que até então não existiam em larga escala. Criou-se ainda a instituição

do Fundo Rotativo de Investimento do Turismo (FURINTUR, 1968); a inclusão do bumba-meu-boi no calendário turístico nacional, em 1971; a criação do Departamento de Turismo (1973); a efetivação da Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR, em 1976), que em 2000 foi transformada em Sub-gerência Estadual de Turismo, passando em 2003 a ser denominada Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR) e em 2004 tornou-se a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo (SEEDATUR).

A elaboração de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento do turismo. Para Castro (2004), compete ao poder público a elaboração de políticas públicas capazes de estabelecerem diretrizes orientadora, através do planejamento de estratégias, identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos. Para a autora os municípios que possuem potencial turístico devem contar com a colaboração dos atores públicos nesta função de criação de diretrizes básicas de proteção ambiental, difusão de valores culturais e incentivo ao turismo.

O Maranhão foi incluído nos anos 90 no Programa Federal PRODETUR-NE, que selecionou 11 municípios maranhenses para serem beneficiados pelas ações desenvolvidas no programa. Em 1995, como parte das ações conjuntas entre o Governo Estadual e o Programa Federal, foi apresentado o Plano Estadual de Turismo, e dando continuidade administrativa, o mesmo programa para a promoção do turismo no estado foi reapresentado em janeiro de 2000 com a denominação de Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão (Ferreira e Souza, 2002).

Como estratégias, o Governo Estadual almejava concentrar os investimentos, e desenvolver produtos específicos para cada zona, com o intento de transformar o Maranhão em um estado com variadas opções de atrações turísticas, que vai desde o ecoturismo, lazer histórico, diferentes vertentes culturais e folclóricas, etc. Para isso passou a investir na infraestrutura turística dessas localidades. Levando também o Estado a participar de feiras internacionais e nacionais a fim de promover as belezas naturais, culturais e históricas do Maranhão.

Atualmente o Governo do Maranhão, em parceria com o Ministério do Turismo e o Banco Interamericano vêm discutindo a criação do PRODETUR II e do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável /PEDITS, com o objetivo de desenvolver ações para melhoria da infraestrutura turística já existente nestas localidades beneficiadas. A idéia é se criar corredores turísticos interligados, receptivos para o turismo no Maranhão.

Não podemos esquecer ainda, do projeto de polos turísticos onde o Maranhão foi dividido em polos a fim de desenvolver diferentes áreas turísticas pelo Estado, Vieira (2011, p 89) revela que:

O governo do Estadual dividiu a região – por meio do PLANO MAIOR - em cinco polos turísticos: o de São Luís, o de Lençóis Maranhenses, o do Delta das Américas, o da Floresta dos Guarás e o da Chapada das Mesas. Desde então, o Estado vem tentando fortalecer o turismo, no intuito de desenvolver os municípios agrupando em regiões e assim, tornando-os mais atrativos aos turistas.

Em São Luís, a problemática do impacto do potencial turístico nas áreas de praia pode ser analisada sobre diversos aspectos, na praia da Guia, por exemplo, apesar de ser menos visitada que outras praias da capital, que fazem parte do corredor de verticalização como as praias de São Marcos, Calhau, Caolho e Araçagi, sofrem com o problema da falta de infraestrutura adequada ao turismo, além de encontrar-se em situação de degradação ambiental por conta da atual ausência de ações de políticas públicas de preservação, que vão desde a coleta de lixo, à existência de banheiros nos bares e restaurantes localizados na referida praia.

O aumento da população residente na zona costeira, em São Luís, vem contribuindo com a crescente degradação ambiental dos últimos anos na área. Com o desenvolvimento de diferenciadas atividades econômicas na região litorânea, sem controle das atividades e mensuração dos impactos ambientais, facilitou esta degradação dos ecossistemas presentes.

A ilha de São Luís do Maranhão está localizada no Centro do Golfão Maranhense, na Microrregião do Aglomerado Urbano de São Luís (IBGE, 2001). Possui uma área territorial de 1,453km², dividida em quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Assim como acontece na maioria das cidades costeiras do Brasil, as praias da Ilha de São Luís também são fonte de renda e área de lazer e ocupação da população local.

A praia do Olho d'água, por exemplo, é uma das mais visitadas pela população da capital e durante anos era referenciada como uma das principais áreas de lazer, até o início da década de 90 era a praia mais frequentada na cidade, principalmente devido à facilidade de acesso da maioria da população, em comparação às demais praias. “É a maior praia da cidade estendendo-se da ponta do Jaguarema até a foz do riacho Pimenta” (RIBEIRO, 1996)

As transformações sociais e de crescimento urbano ocorrida na capital também influenciaram a distribuição da população na grande Ilha de São Luís. Segundo Ribeiro (1996), entre 1980 e 1990, com a implantação do Programa Grande Carajás, e a instalação de indústrias, entre as quais, a ALUMAR, percebeu-se alterações na distribuição da população na

Ilha, além de ter sido responsável pela modificação da paisagem da orla marítima em quase toda ilha. Ir à praia é considerado por muito como um lazer mais acessível e de baixo custo em comparação a outros, como cinema, etc

Devido ao grande fluxo de novos e antigos usuários nestas praias, atualmente algumas medidas de políticas públicas estão sendo tomadas para garantir o fácil acesso aos locais e conforto dos usuários. Nesta direção, a Implantação do Prolongamento da Avenida Litorânea é parte integrante do desenvolvimento de São Luís e busca proporcionar um atrativo turístico, além de ampliar a estrutura viária da cidade, e melhoria à população referente ao deslocamento.

A praia do Calhau, que é uma das praias que compõe a Avenida Litorânea, e considerada por muitos como uma das mais bonitas da cidade, possui 7 km de extensão. A Praia do Calhau está situada a 10 quilômetros do centro histórico de São Luís, sendo uma das praias mais procuradas para competições esportivas diversas. Possui belas dunas recobertas de vegetação rasteira.

Outra praia que se destaca na orla marítima de São Luís é a Praia de São Marcos, localizada ao lado da Praia do Calhau, na Avenida Litorânea e Fica a 7 quilômetros do centro histórico, no início da Avenida Litorânea. Bastante frequentada por jovens e amantes do surf. Possui bares em toda a sua extensão e animação noturna. É nela que fica localizado o Forte de São Marcos, outro monumento histórico da capital. Sua areia é amarelada e fina, e também é conhecida por Praia de Marcela.

A Praia do Caolho é a terceira praia componente da Avenida Litorânea, fica localizada entre as praias do Calhau e Olho D'Água, no final da Avenida Litorânea. E é bastante procurada por pessoas que gostam de fazer camping.

Outra praia de bastante destaque é a praia do Araçagi, que fica localizada logo depois da Praia do Meio, no Olho D'Água, a 19km do centro da cidade, a Praia do Araçagi possui grandes extensões de areia e altas dunas. Por ter ondas fortes, é ideal para a prática do surf. É bastante urbanizada e frequentada; possui bares, restaurantes, casas de veraneio e um belíssimo farol de orientação à navegação. Seu acesso é feito por estradas asfaltadas, e é possível a entrada de carros na praia.

São Luís ainda apresenta diversas outras praias, dentre as de maior destaque, podemos citar ainda a Praia da Ponta D'Areia, que fica localizada a 4 km do centro de São Luís, é uma das praias que fica mais próxima ao centro atraindo diversos frequentadores. Nesta referida praia funcionam aos finais de semana alguns dos principais clubes de reggae da capital. Também possui uma grande rede hoteleira. Porém atualmente a maioria das praias de

São Luís está imprópria para banho, como veremos a seguir, devido ao despejo direto de esgoto no mar e falta de educação ambiental de muitos visitantes..

A ilha de São Luís é toda rodeada por belas e incomparáveis praias, com a presença de morros e falésias. Seus ventos fortes, de julho a dezembro, a tornam ideal para esportes a vela. Observe-se que em geral todas as praias da cidade possuem, devido a grande amplitude das marés, grandes faixas de areia que se tornam ideais para a prática de esportes com futebol na areia, vôlei, entre tantos outros.

Mas além da capital São Luís, todo o litoral do Maranhão está composto por praias, e ainda conta com um gigantesco patrimônio histórico, conservando importantes resquícios de seu passado colonial e imperial.

6 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho utilizou-se de pesquisas qualitativa e quantitativa nos dias 19 e 21 de abril de 2012 na praia do Calhau.

Optou-se pela abordagem qualitativa por essa ser, segundo Perez (2005, p.11) “[...] utilizada quando a informação disponível é pobre em dados, mas rica em descrições.”, ou seja, a pesquisa qualitativa tem como características compreender subjetivamente indo além de coletar dados estatísticos.

Sabendo que a pesquisa qualitativa busca observar, analisar e interpretar dados colhidos do objeto de estudo, foi possível fazer-se análise sobre o aspecto ambiental e a influência na prática turista encontrada na praia do Calhau através de conversas, entrevistas e aplicações de questionários com os sujeitos envolvidos, utilizando-se também da pesquisa quantitativa.

A pesquisa quantitativa por sua vez, baseia-se em dados mensuráveis onde sua aplicabilidade se dá principalmente através de questionários cujos resultados “[...] devem explicar o comportamento da população que se quer estudar”. (PEREZ, 2005, p.12).

Este estudo teve por foco técnicas de coletas de dados como: entrevistas, questionários e análises documentais onde o objetivo é buscar informações importantes à pesquisa, e que estas informações colhidas seja as mais próximas possíveis da realidade do fenômeno que se quer estudar.

O tipo de entrevista utilizada para coleta foi a entrevista semi estruturada, segundo Dencker (2002), esta se apresenta de forma menos rígida e dá liberdade ao entrevistado para comentar também outras questões pertinentes ao tema a ser estudado.

Aplicou-se este método de investigação com o objetivo de analisar a realidade e por sua eficácia no recolhimento de informações mediante conversas e permitir a interação entre pesquisador e entrevistado. Esta técnica destinou-se a 20 pessoas, sendo donos e/ou funcionários de bares/restaurantes na orla de São Luís, mas precisamente na praia do Calhau.

Outro método investigativo foi a modalidade de questionário, dessa forma, considera-se como um instrumento de coleta de dados que objetiva recolher informações pertinentes ao objeto de estudo através de uma amostra significativa da população em estudo.

De acordo com Schluter (2005, p.107) esta técnica é representada por “[...] uma lista de perguntas organizadas logicamente e é utilizado para juntar informação sobre um tema em particular.” Sendo assim, podemos dizer que no questionário coloca-se uma série de

questionamentos que abrangem o tema proposto onde não há interação direta entre pesquisador e inquiridos.

Para a pesquisa em questão utilizou-se do questionário misto, ou seja, mesclando-se perguntas abertas e fechadas do qual foram aplicados um universo de 60 questionários no total, sendo 30 para residentes que frequentam esta praia e 30 para turistas, pois este local é bastante procurado por pessoas que visitam à nossa cidade.

Para complementar este estudo, foi realizada a análise de documentos que permite que o pesquisador faça uma comparação entre as investigações e os materiais disponibilizados compreendendo o tema proposto, fazendo com que se entenda o paralelo entre o que está documentado e o que de fato está acontecendo.

7 ANÁLISE DE RESULTADOS

7.1 Análise baseada na entrevista com donos e/ou funcionários de bares/restaurantes na orla da praia do Calhau

Para se chegar aos resultados e análises deste trabalho, uma parte configurou-se em 20 entrevistas aplicadas a pessoas que possuem empreendimento na área, visando colher informações dos mesmos a respeito da poluição e se há influência na atividade do turismo tendo em vista que aquela localidade é bem visada pelos turistas que vem à São Luís.

Primeiro perguntou-se como classificariam a limpeza na praia em que trabalham, a maioria respondeu que era boa, pois a limpeza acontece diariamente pela Prefeitura de São Luís e nos dias 19 e 21 de abril de 2012, em que foi realizada a pesquisa observou-se a presença de garis limpando o local. Porém nas fotos tiradas aponta-se a presença de sacos de lixo deixados no calçadão da praia.

Em seguida questionou-se como analisam a situação de poluição que se encontram hoje quase todas as praias de São Luís, como resposta obtivemos que acontece por culpa das pessoas que deixam lixos em locais inadequados e devido ao esgoto que é lançado no mar. Este fato pode ser observado durante as pesquisas e, constatado através de fotos retiradas dos esgotos escoando água até a praia. (APÊNDICE D).

Adiante foi questionado a eles se há reclamação/comentários dos frequentadores de seu estabelecimento sobre a poluição da praia e quais consequências podem ocasionar, segundo os mesmos, há sim reclamações de que é uma vergonha a praia está poluída e não poder tomar banho e criticam o poder público. E como consequências, salientaram a diminuição da clientela tanto de turistas quanto de frequentadores locais.

Na próxima questão foram apontadas alguns itens para que julgassem como: Ótimo, Bom, Regular e Ruim.

No quesito balneabilidade 100% julgaram como ruim, pois é comprovado por estudos que está imprópria para o banho. Sobre a limpeza 90% descreveram como bom, já que é feita regularmente e há locais para lixo espalhados por toda orla (APÊNDICE E), outros 10% responderam ruim colocando sempre a culpa no poder público. Sobre o esgoto e saneamento 100% responderam como ruim/péssimo, pois o esgoto é lançado sem tratamento no mar. Com relação a placas de sinalização 100% disseram ruim, pois não há placas que

alertem frequentadores da impropriedade do local para o banho. A arborização foi outra questão abordada, sendo que 90% responderam como regular, pelo ar ser agradável, os outros 10% apontaram como ruim, porque o que existe de plantação na orla quem colocaram foram os próprios bares. Com relação ao acesso 90% assinalaram como regular e 10% como bom por ter linha de ônibus Calhau/Litorânea regularmente e a pista está boa consideram de fácil de acesso. Questionados sobre área destinada a lazer, 10% responderam como boa; 75% como regular e 15% como ruim.

Perguntamos ainda, que medidas são realizadas pelo estabelecimento para evitar ainda mais a poluição, todos foram unânimes em responder que procuram fazer sua parte, limpando o entorno de onde trabalham colocando o lixo em local adequado até que os profissionais competentes façam sua coleta.

7.2 Análise baseada no questionário com residentes

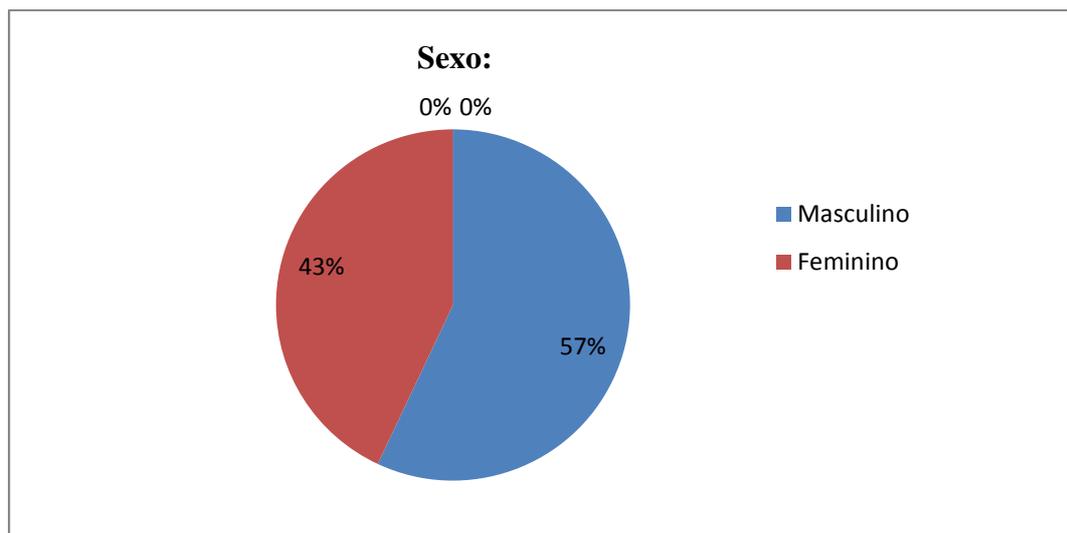


Gráfico 1 - Sexo dos residentes.

O gráfico 1 demonstra que entre os entrevistados 57% são do sexo masculino e 43% do feminino.

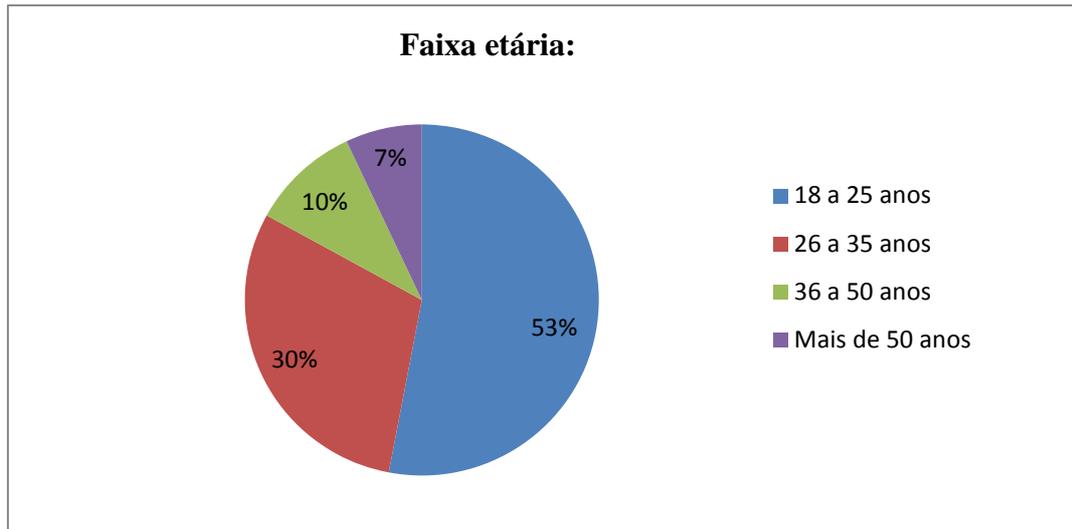


Gráfico 2 – Faixa etária dos residentes.

No que diz respeito a faixa etária, 53% dos que frequentam têm de 18 a 25 anos; 30% de 26 a 35 anos; 10% de 36 a 50 anos e 7% tem mais de 50 anos de idade, evidenciado um grande número de adolescentes e jovens.

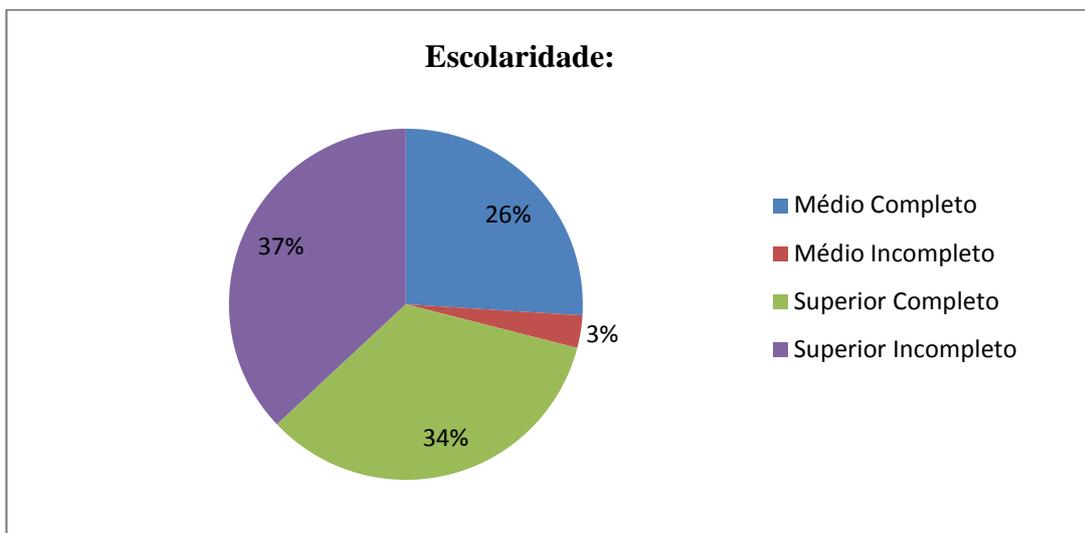


Gráfico 3 – Escolaridade.

Em relação ao gráfico 3, está evidenciado que o nível de escolaridade entre os frequentadores está dividido em: 37% possui nível superior incompleto; 34% superior completo; 26% médio completo e 3% médio incompleto.

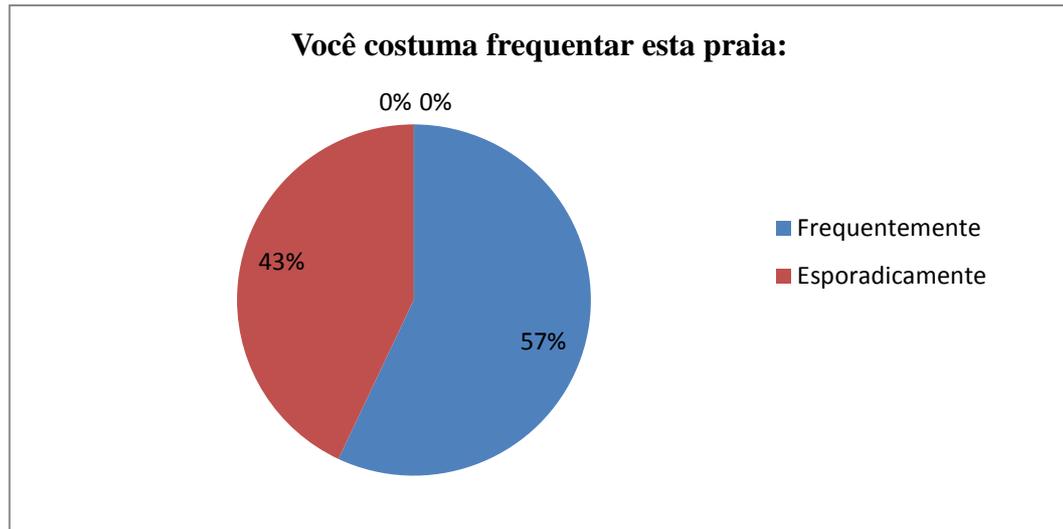


Gráfico 4 - Frequência que costumam ir à praia.

No gráfico 4 perguntou-se com qual frequência costumam ir a praia em questão, 57% responderam que vão frequentemente e 43% esporadicamente.

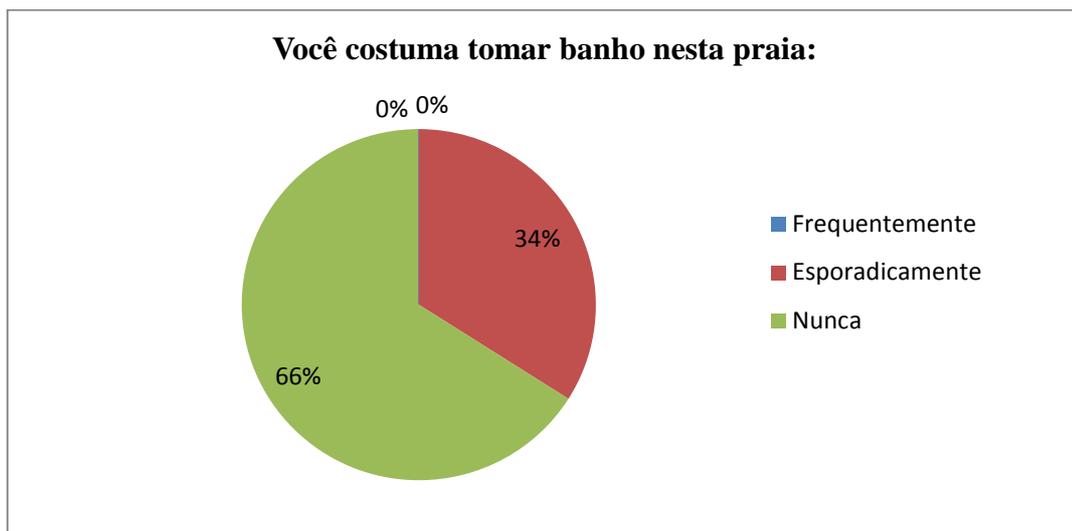


Gráfico 5 - Frequência que costumam tomar banho na praia.

O gráfico 5 mostra que 66% dos frequentadores nunca tomam banho na praia, por terem consciência quanto à sua condição, mas 34% tomam banho esporadicamente, mesmo sabendo das péssimas condições de suas águas.

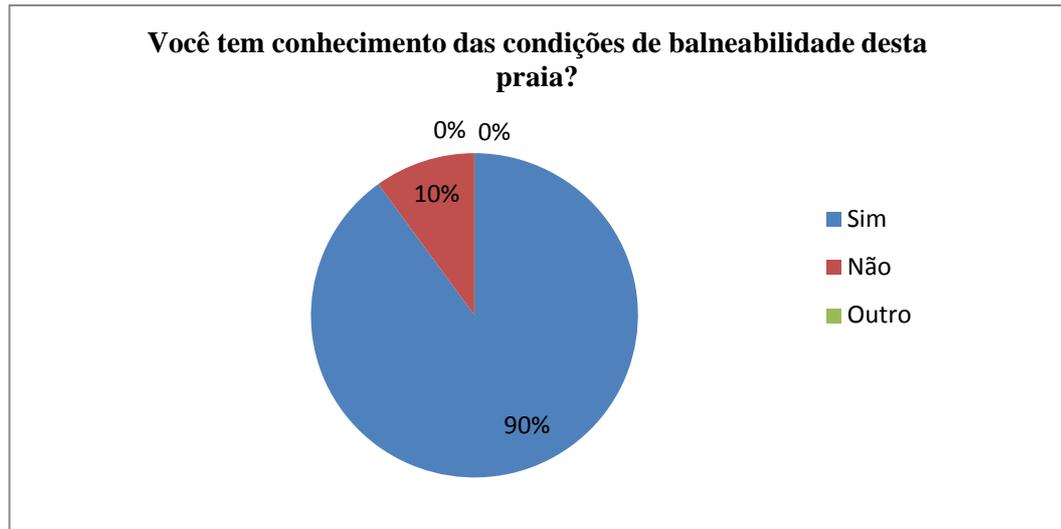


Gráfico 6 – Conhecimento das condições de balneabilidade da praia.

Quando questionados se possuem conhecimento das condições de banho na praia, 90% responderam que sim através de reportagens na TV, nos jornais impressos, porém, 10% disseram que não conhecem as condições de balneabilidade naquela praia.

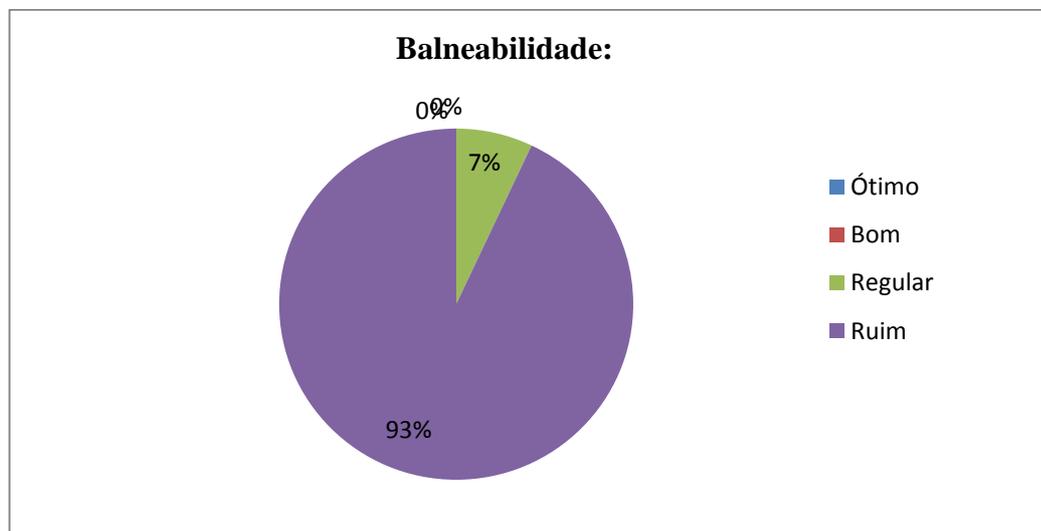


Gráfico 6 - Balneabilidade.

O gráfico 7 explicita a questão da balneabilidade, onde 93% consideram como ruim e para 7% está regular. Esses números representam a falta de conhecimento de uma parte dos entrevistados, pois de acordo com o relato de alguns eles acham que aquela praia por estar em uma área nobre não está poluída e que tomando banho quando a maré está secando não entra em contato com a água poluída, visto que o sujo a maré tenha levado com sua secagem.

Escutei conversas de pessoas que sabem que: “está poluída, mas fazer o que, né? se tem que banhar!.”

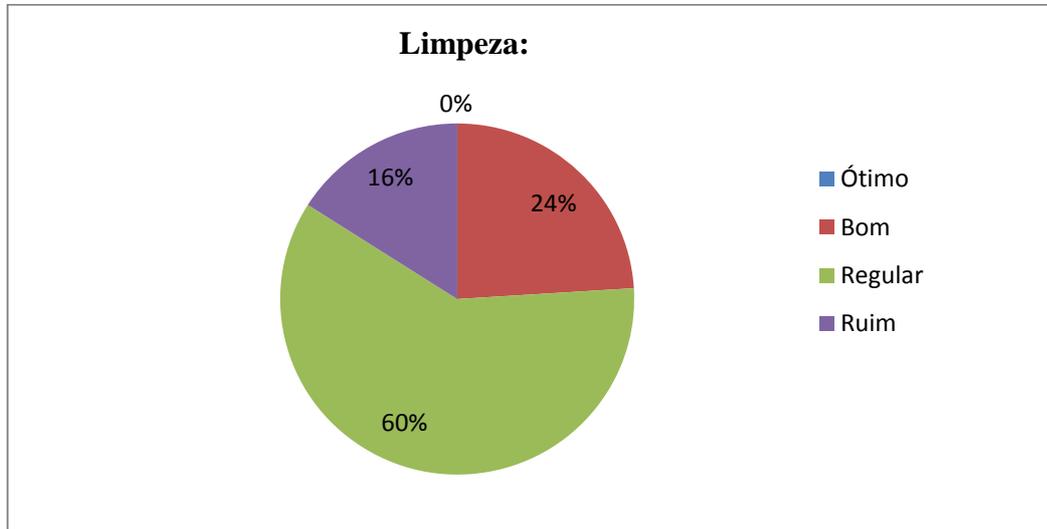


Gráfico 7 - Limpeza.

Com relação à limpeza, 60% dos entrevistados responderam que é regular, 24% que é boa e 16% como ruim. Ressaltando que a limpeza na praia é feita diariamente pelo Poder Público.

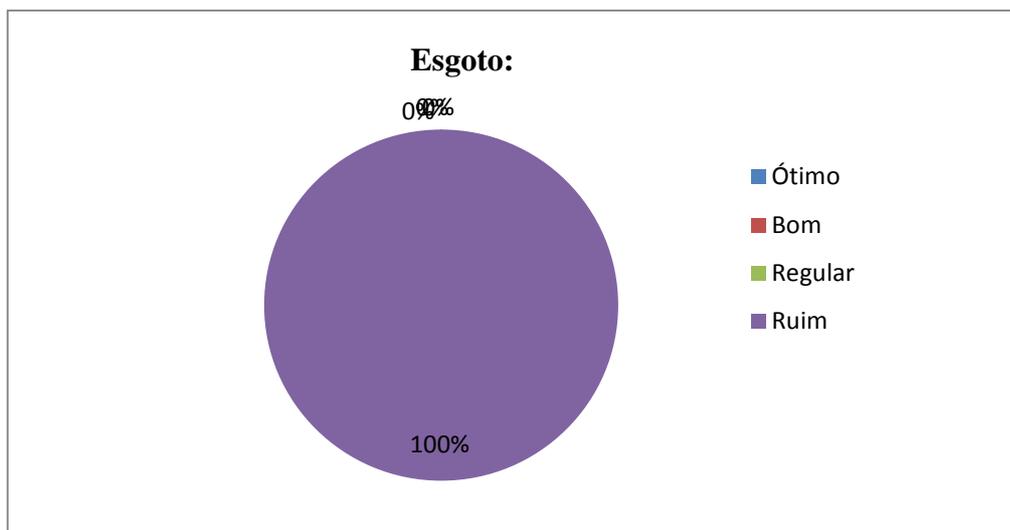


Gráfico 8 - Esgoto.

Questionados sobre o esgoto e saneamento, 100% dos entrevistados classificaram como ruim, pois é de conhecimento que existem redes de tratamentos de esgoto ineficazes na cidade e que esses dejetos são lançados *in natura* em mares e rios.

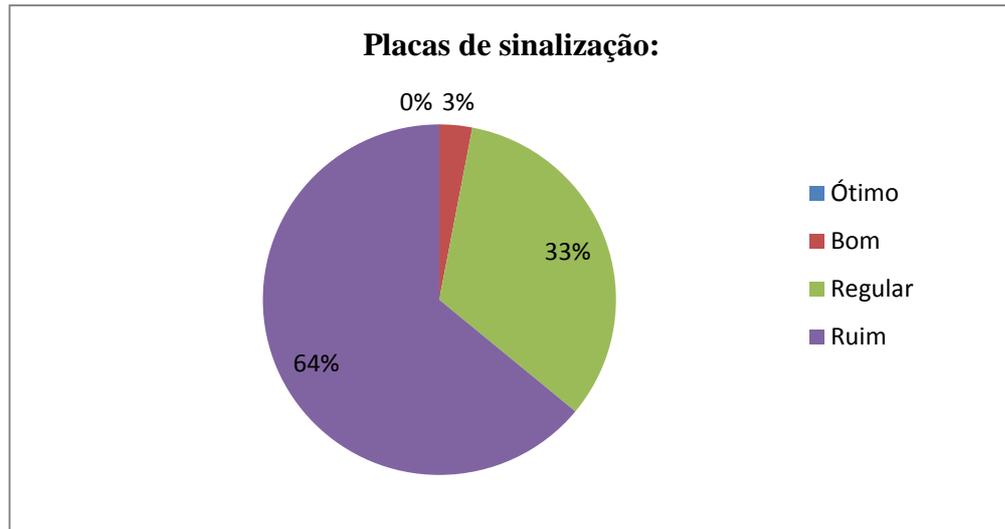


Gráfico 9 – Placas de sinalização.

O gráfico 10 nos mostra que para 64% dos entrevistados a sinalização é considerada ruim, já para 33% é vista como regular e 3% classificaram como boa. Vale à pena ressaltar, que no trecho da praia do Calhau não foi vista nenhuma placa de sinalização advertindo quanto a sua balneabilidade.

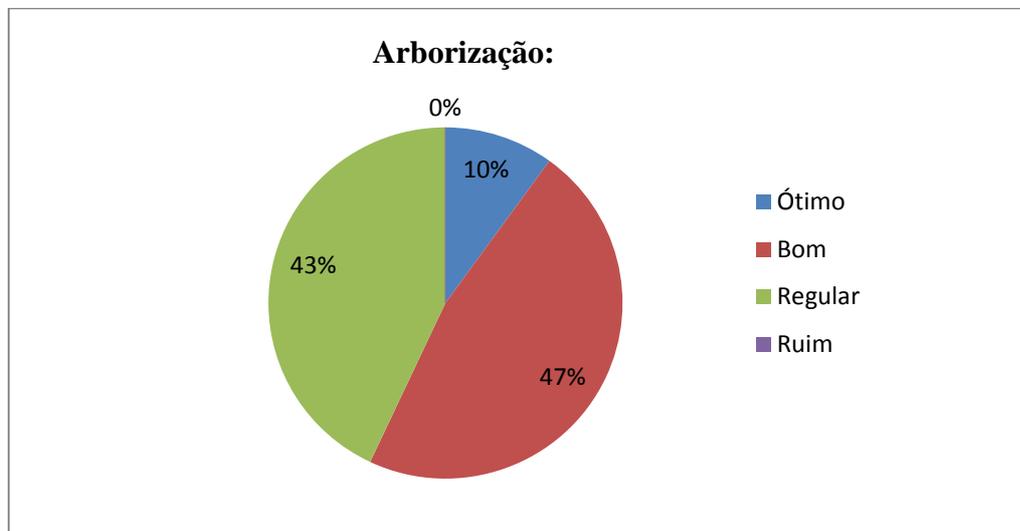


Gráfico 10 – Arborização.

Indagados sobre a arborização da área 47% dos frequentadores consideraram bom; 43% regular e 10% classificaram como ótimo. Sabemos ainda que a arborização seja de grande valor para a população de uma cidade, pois melhora a qualidade do ar, reduz a difusão do som, e suaviza em cerca de 10%, o nível de material particulado.

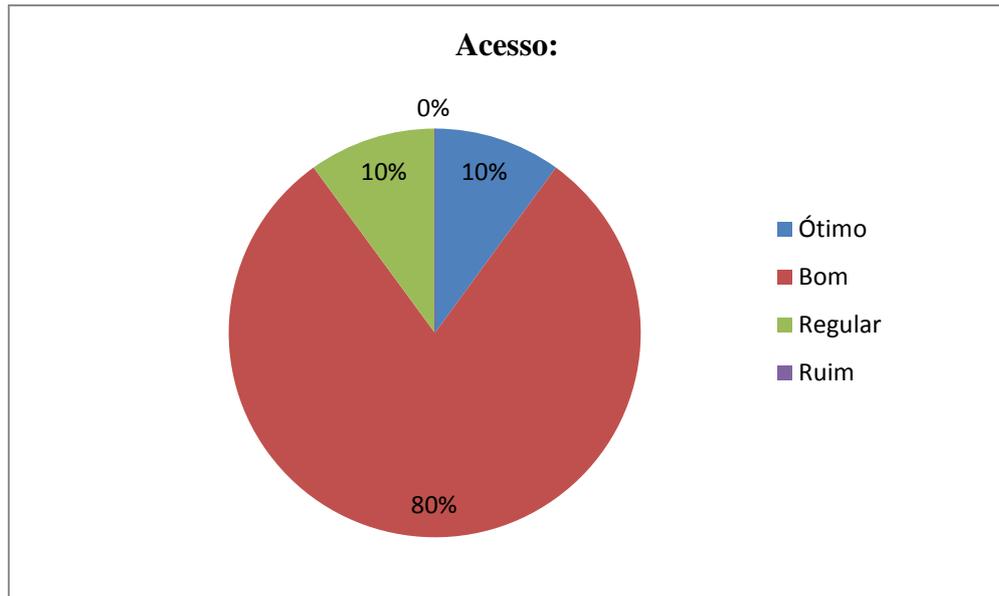


Gráfico 11 - Acesso.

No que tange o acesso à praia do Calhau, 80% dos frequentadores classificaram como boa; 10% ótimo e outros 10% regular. As vias que dão acessibilidade estão em bom estado de conservação e para aqueles que não possuem veículos próprios, há linha de ônibus destinada à localidade com coletivos saindo diariamente do terminal Praia Grande.

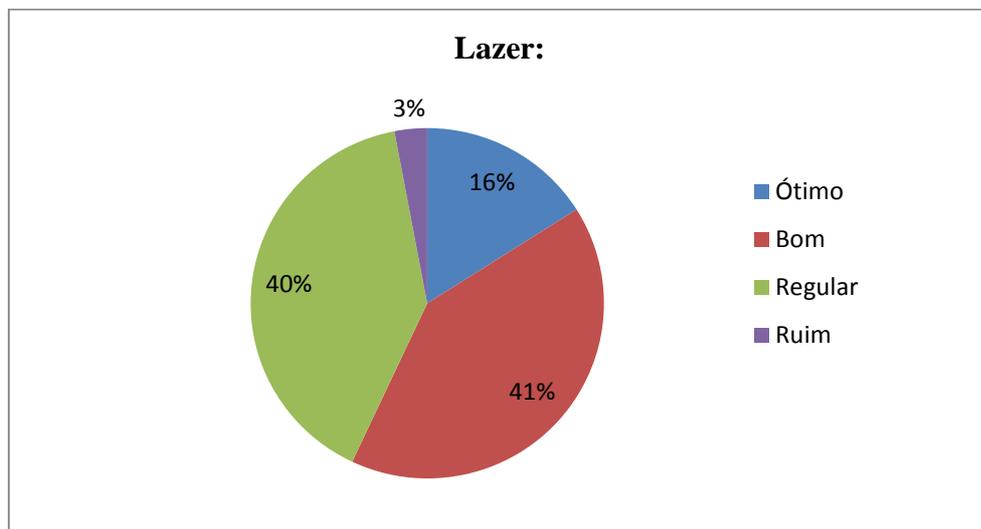


Gráfico 12 - Lazer.

Em face ao espaço destinado ao lazer, para 41% é considerado bom, já para 40% regular, 16% ótimo e apenas 3% disseram que é ruim.

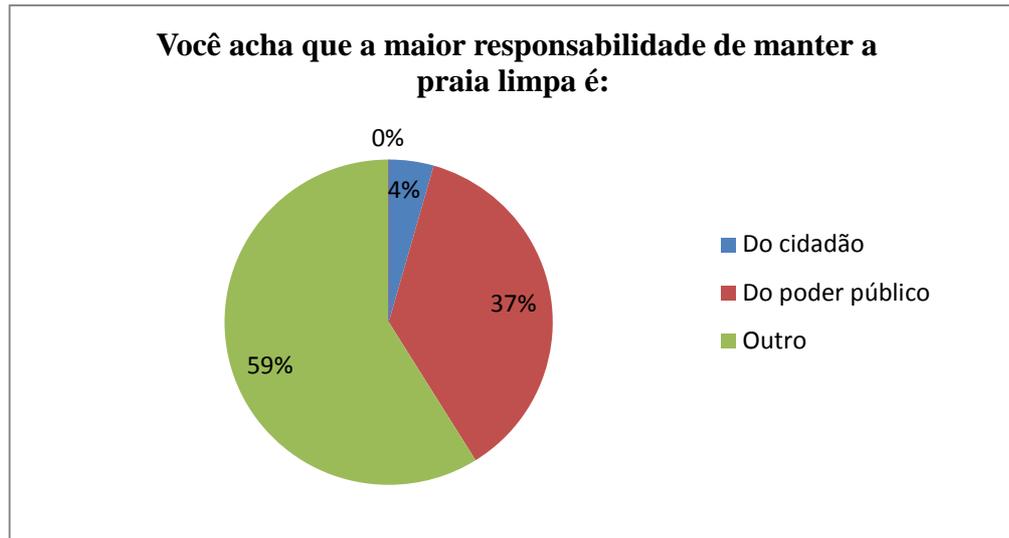


Gráfico 13 - Responsabilidade de manter a praia limpa.

No gráfico 14, fica explícito que para 59% dos entrevistados a maior responsabilidade de manter a praia limpa é a opção outro, do qual falaram que tanto o cidadão quanto o poder público têm cada um o seu papel e que os dois têm responsabilidade no cuidado com o lugar, já para 37% o poder público é o maior responsável e para 4% é encargo do cidadão.

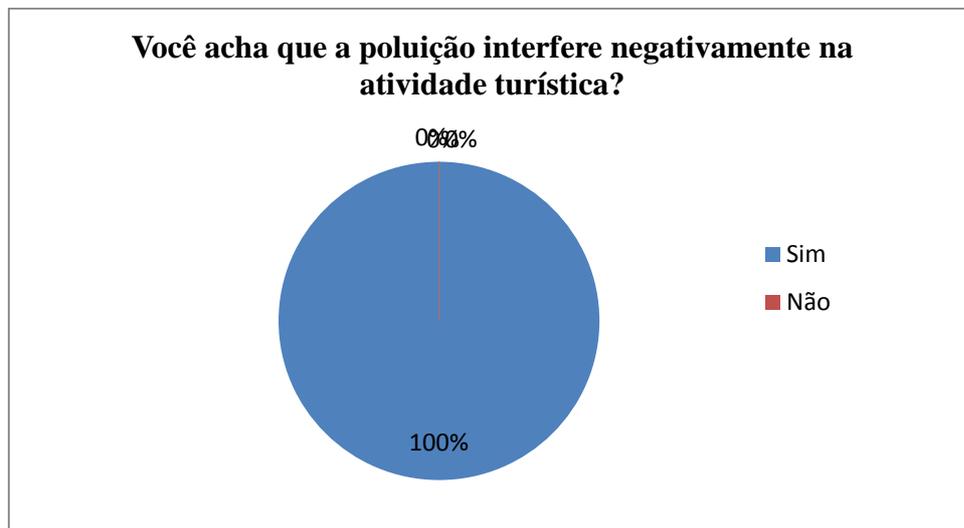


Gráfico 14 - Interferência negativa da poluição na atividade turística.

O gráfico 15 apresenta que para 100% residentes entrevistados a poluição interfere negativamente na prática do turismo, visto que muitos disseram que nessa condição o turista se afasta e a água poluída transmite doenças.

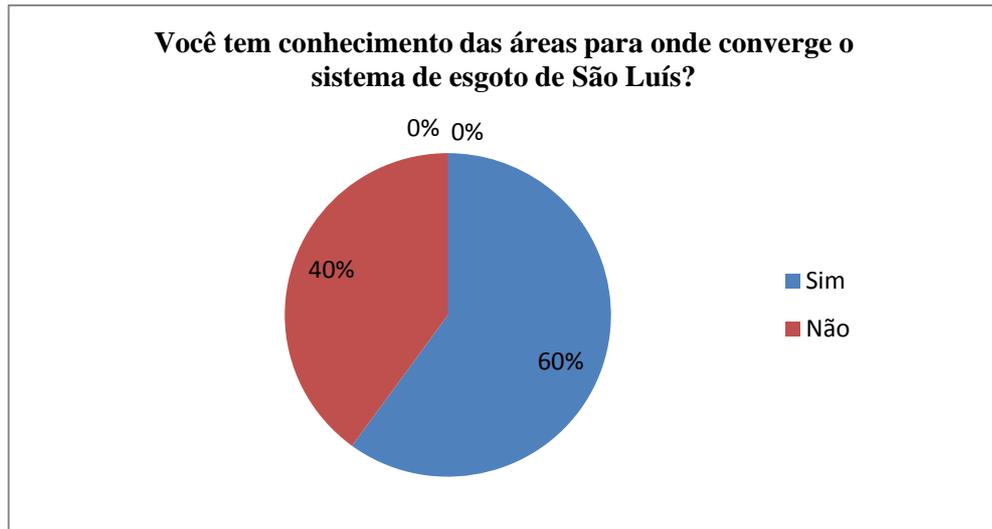


Gráfico 15 - Conhecimento das áreas para onde converge o sistema de esgoto de São Luís.

No gráfico 16 como demonstrado, perguntou-se se os frequentadores se eles tinham conhecimento do destino do qual escoo o esgoto de São Luís, e 60% disse que sim, que corre para mares e rios e 40% respondeu que não tinham conhecimento.

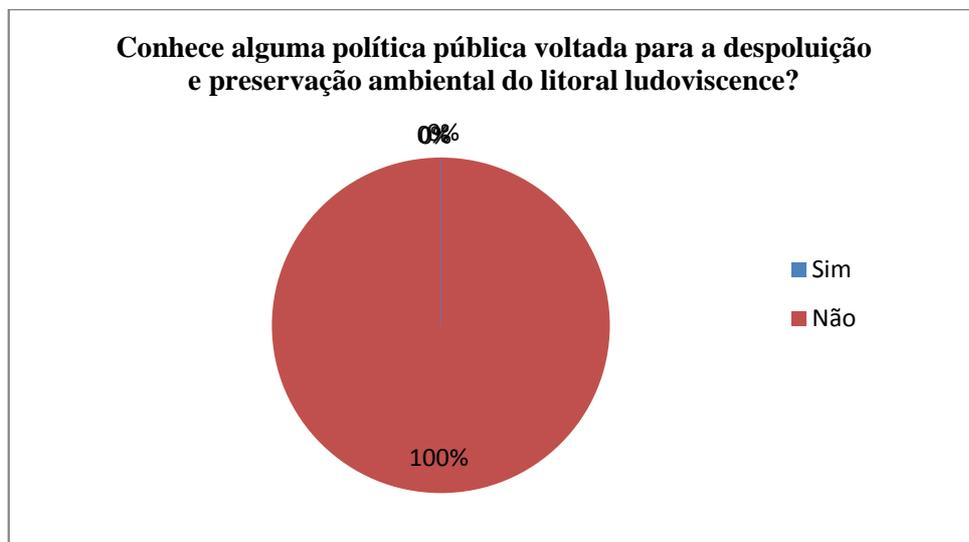


Gráfico 16 - Conhece alguma política pública voltada para a despoluição e preservação ambiental do litoral ludovicense?

O gráfico 17 mostra o percentual de 100% do desconhecimento das pessoas em relação a alguma política pública voltada para a despoluição e preservação do litoral ludovicense.

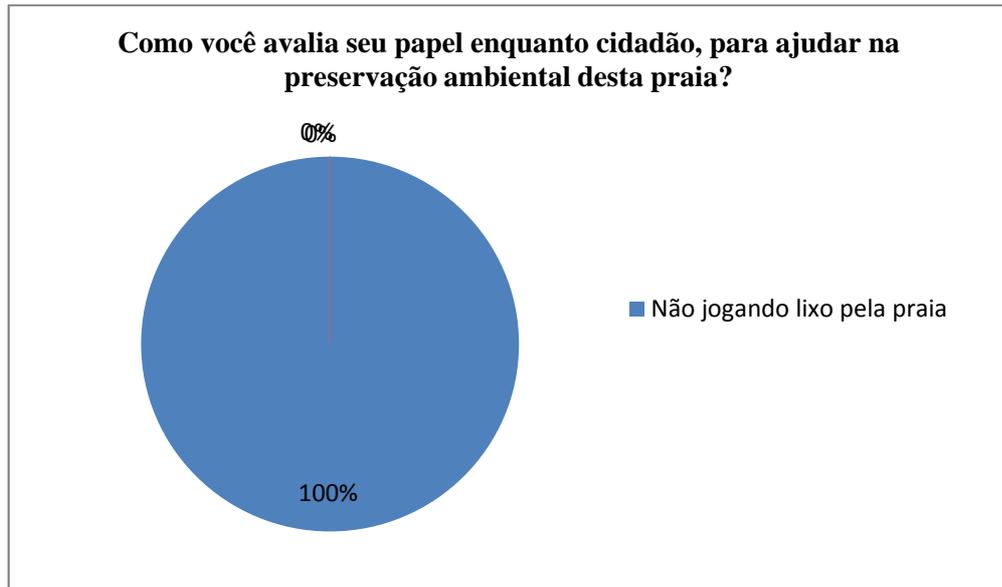


Gráfico 17 - Como você avalia seu papel enquanto cidadão, para ajudar na preservação ambiental desta praia?

No gráfico 18, fica claro que as pessoas têm conscientização de não jogar lixo na praia, considerando o seu papel importante na ajuda para a preservação.

7.3 Análise baseada no questionário com os turistas

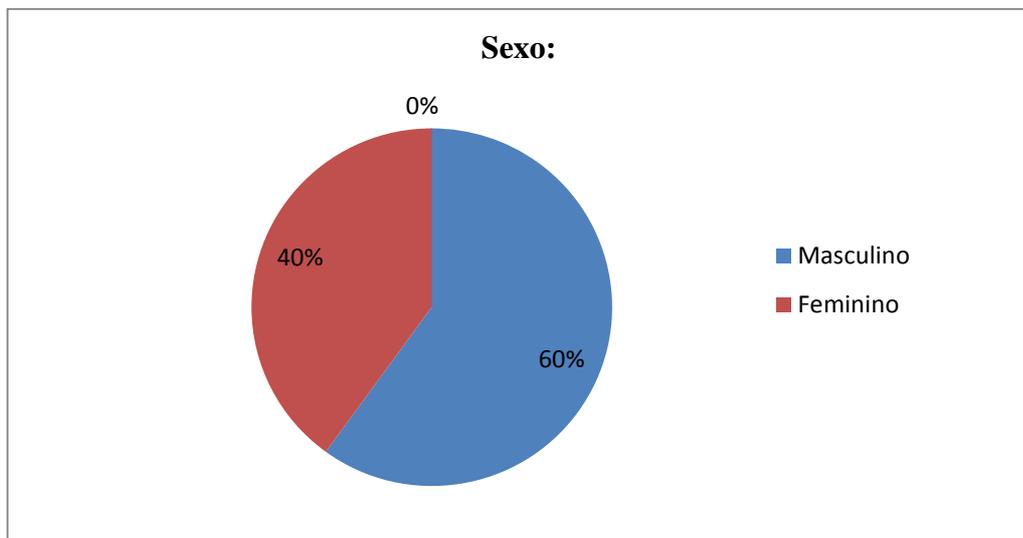


Gráfico 19 – Sexo dos turistas.

No número de 30 questionários destinados a turistas aplicados nos dias 19 e 21 de abril de 2012, o gráfico 19 expõe que 60% dos entrevistados são homens e 40% mulheres.

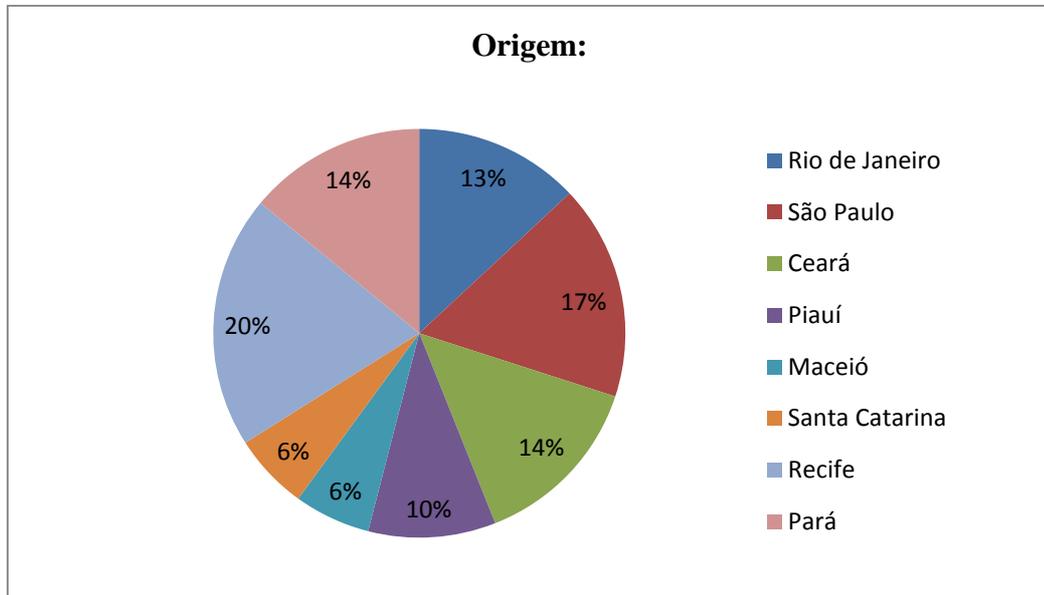


Gráfico 20 – Origem dos turistas.

O gráfico 20 mostra que a cidade de São Luís está sendo visitada por pessoas de diversos lugares do país. Vejamos que 13% são do Rio de Janeiro; 17% de São Paulo; 14% do Ceará; 10% do Piauí; 6% do Maceió; 6% de Santa Catarina; 20% do Recife e 14% do Pará.

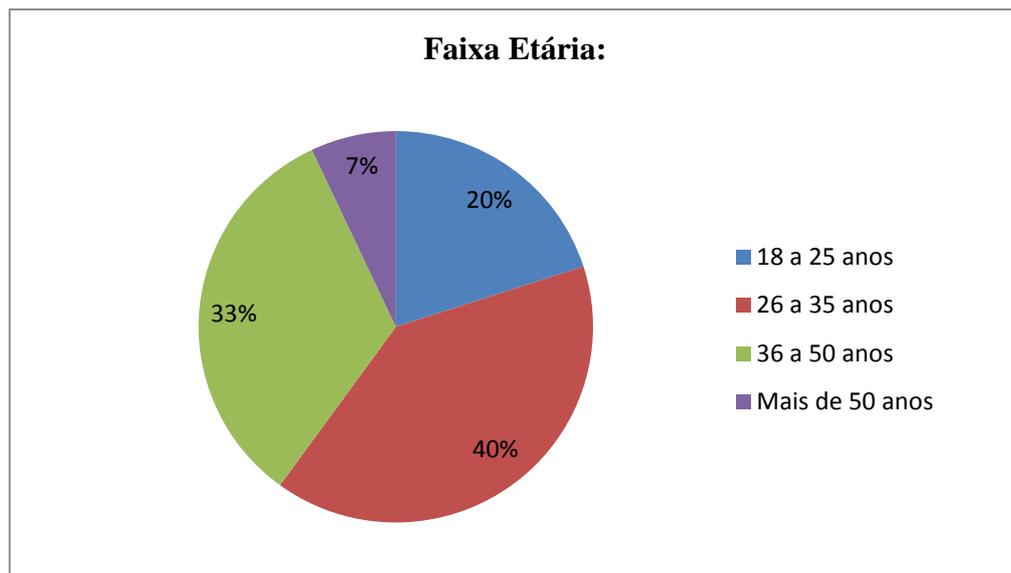


Gráfico 21 – Faixa etária.

O gráfico 21 demonstra que a maior parte das pessoas entrevistadas possuem de 26 a 35 anos, sendo 40% do total, seguido de 33% de 36 a 50 anos, após têm-se 20% de 18 a 25 anos e por último 7% das pessoas possuem mais de 50 anos.

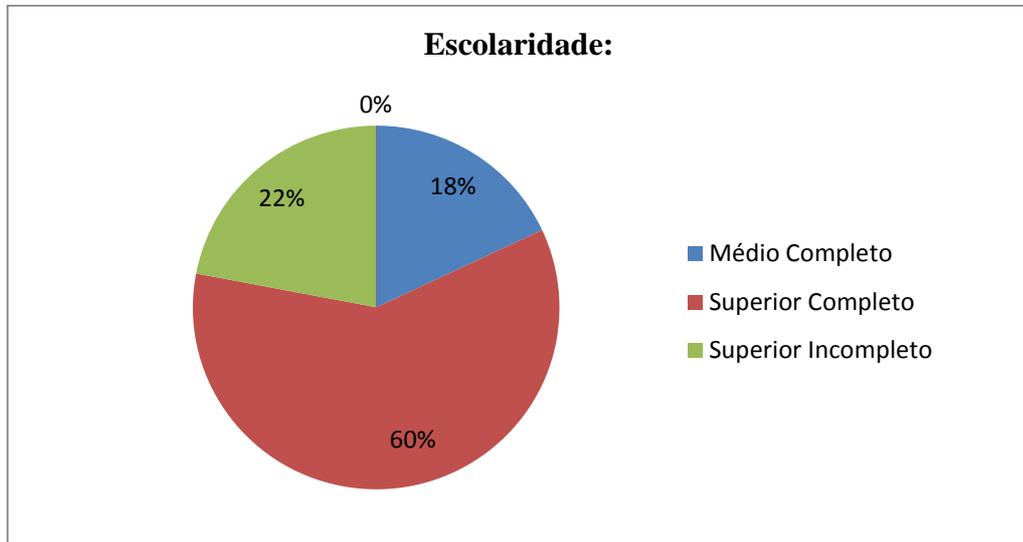


Gráfico 22 - Escolaridade.

O gráfico 22 apresenta que entre os turistas que frequentam a praia do Calhau, 60% possuem formação a nível superior; 22% ainda não concluíram sua graduação e 18% possuem ensino médio completo.

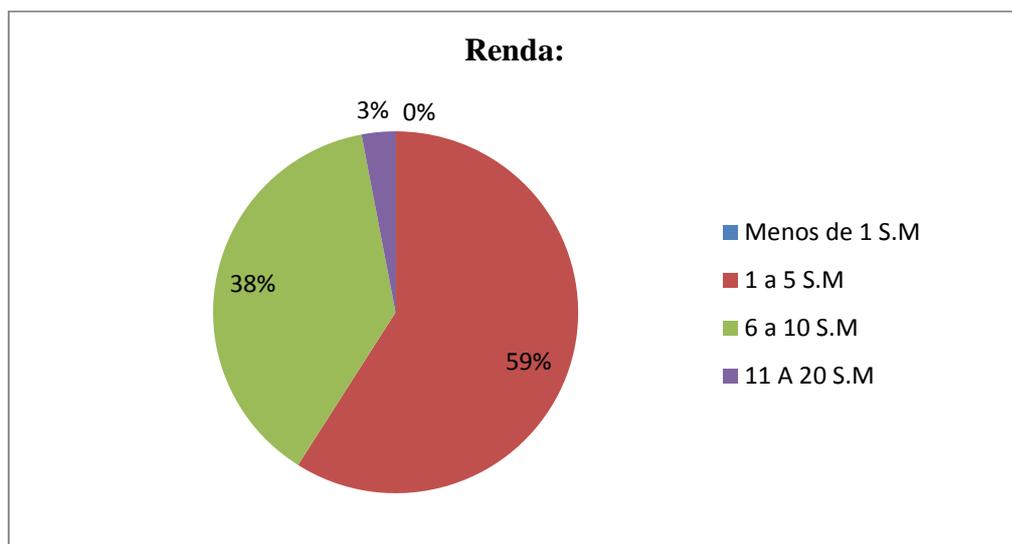


Gráfico 23 -Renda.

O gráfico 23 comprova que 59% dos que vão aquela localidade possuem renda de 1 a 5 salários mínimo; 38% de 6 a 10 e 3% de 11 a 20 salários mínimo.

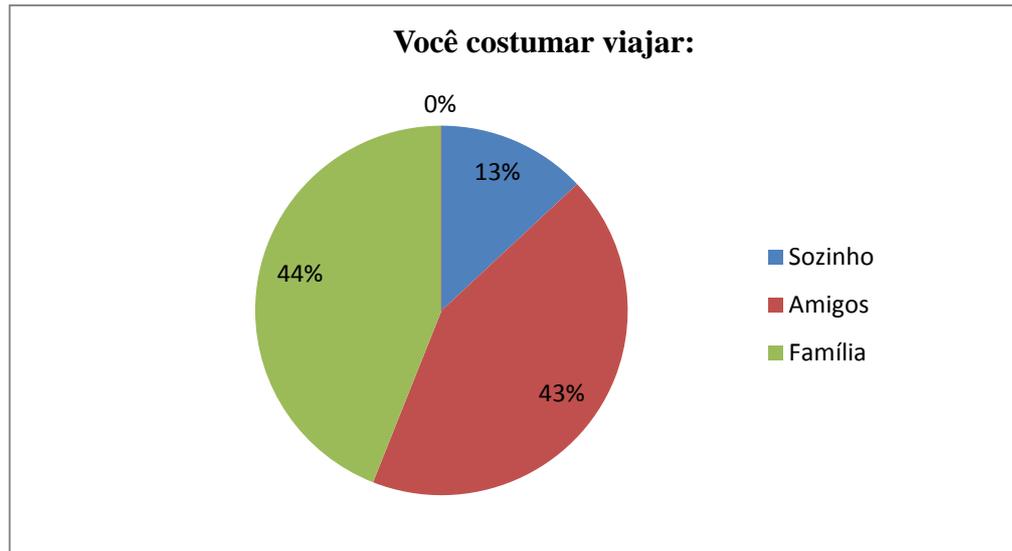


Gráfico 24 – Costume de viajar.

O gráfico 24 exhibe que 44% dos entrevistados costumam viajar com a família, enquanto 43% com os amigos e 13% viajam sozinhos.

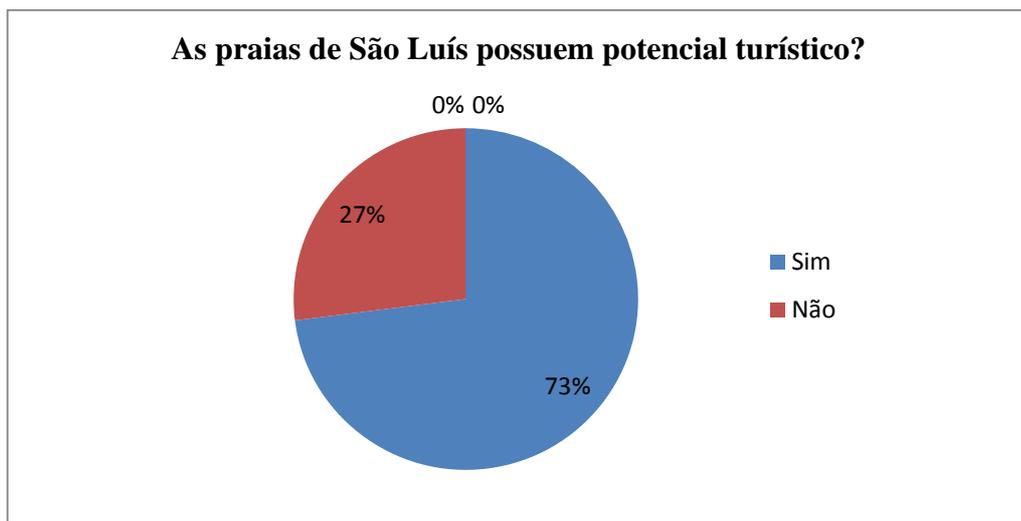


Gráfico 25 - As praias de São Luís possuem potencial turístico?

No gráfico 25 vemos que para 73% dos visitantes as praias de São Luís possuem potencial turístico. Entre os motivos pode-se destacar a beleza natural das praias em si já é atrativo, de acordo com os comentários dos próprios entrevistados. Já 27% disseram que não possui potencial para o turismo devido à infraestrutura que precisa ser melhorada e pelos altos preços cobrados a turista pelos bares e restaurantes da orla.

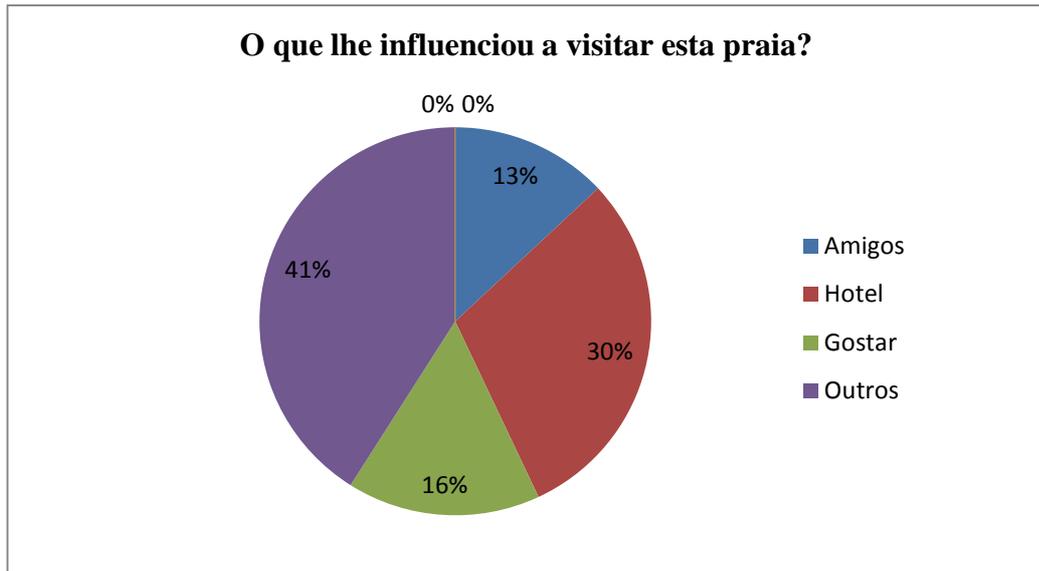


Gráfico 26 - O que lhe influenciou a visitar esta praia?

O gráfico de número 26 exibe que entre os fatores que influenciaram a ir na praia do Calhau são: 30% indicação do hotel; 16% por gostar de praia; 13% indicação de amigos e 41% responderam outros. Em resposta a outros, se têm: a internet, a indicação de parentes e a própria beleza da localidade que chamou atenção.

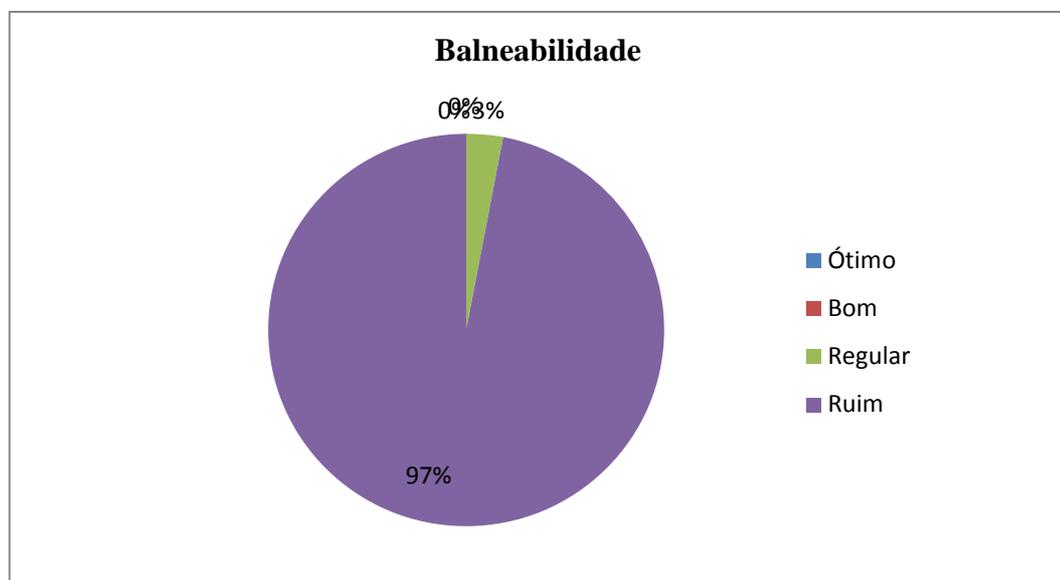


Gráfico 27 – Balneabilidade.

No gráfico 27 foi colocada a questão da balneabilidade da praia onde o entrevistado julgava como ótima, boa, regular ou ruim. Como podemos vê a questão balneária foi considerada com 97% ruim e 3% regular, ou seja, a questão da poluição está conhecida pelos turistas.

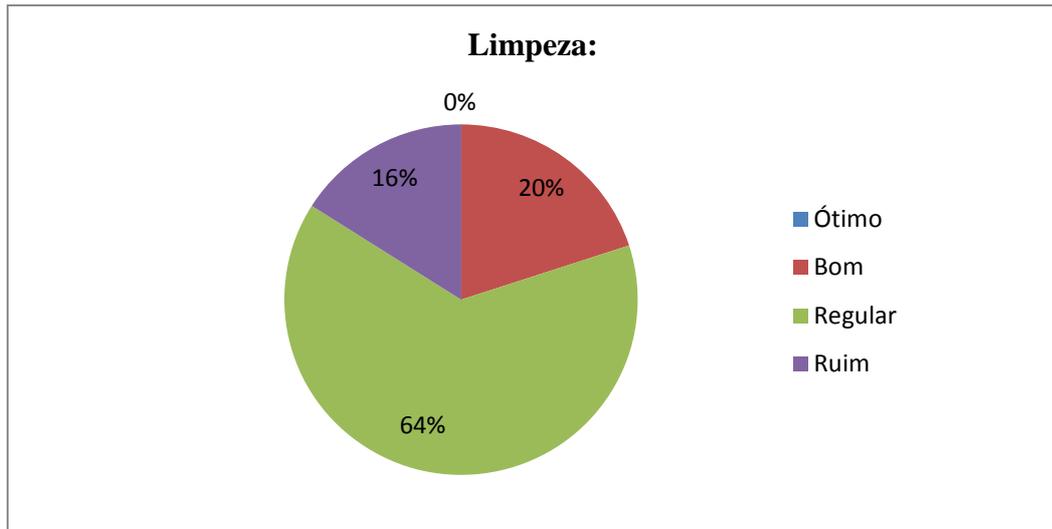


Gráfico 28 – Limpeza.

No gráfico 28 como demonstrado, sobre a questão da limpeza na praia 64% julgaram como regular ; 20% bom e 16% como ruim. Deve-se mencionar que a coleta de lixo é realizada diariamente, e ao longo da orla existem várias lixeiras, a fim de evitar que o lixo seja jogado no chão.

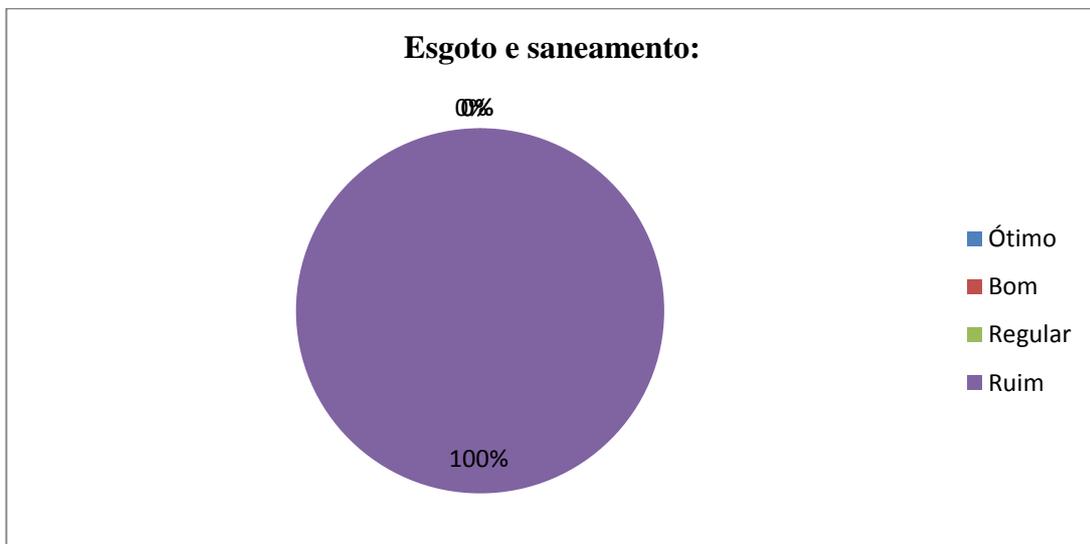


Gráfico 29 – Esgoto e saneamento.

No gráfico 29 relacionado ao esgoto e saneamento 100% dos entrevistados julgaram como ruim. Vale ressaltar que a questão de esgoto e saneamento apenas 15% do esgoto é tratado conforme a reportagem do jornal O Estado do Maranhão (APÊNDICE G), assim expõem-se rios e mares a receberem dejetos líquidos *in natura*.

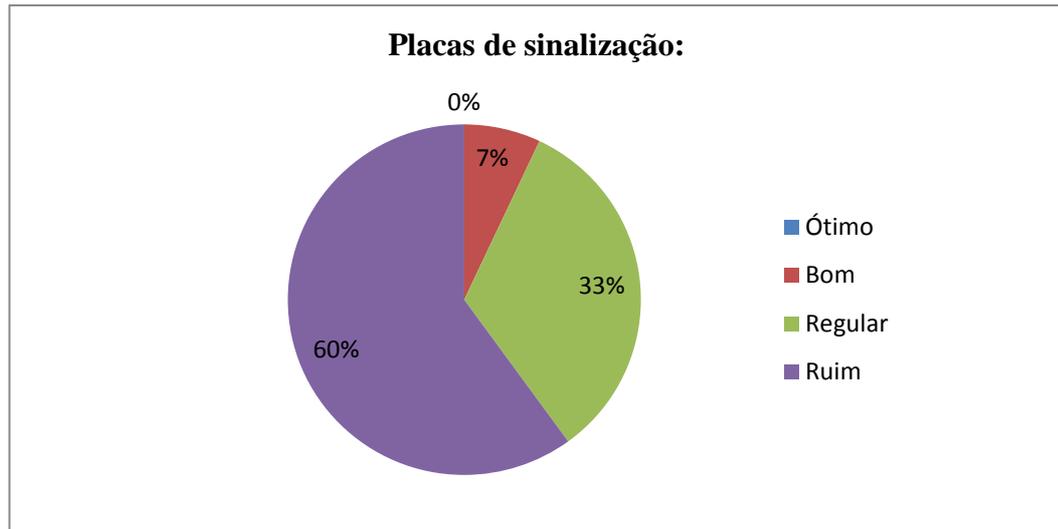


Gráfico 30 – Placas de sinalização.

Considerando o gráfico 30 percebe-se que quando relacionado a placas de sinalização 60% dos turistas responderam que é ruim; 33% regular e 7% bom. Lembrando que a maioria disse que a cidade em si é mal sinalizada e pela praia não possui nenhuma placa que adverte de estar imprópria ao banho.

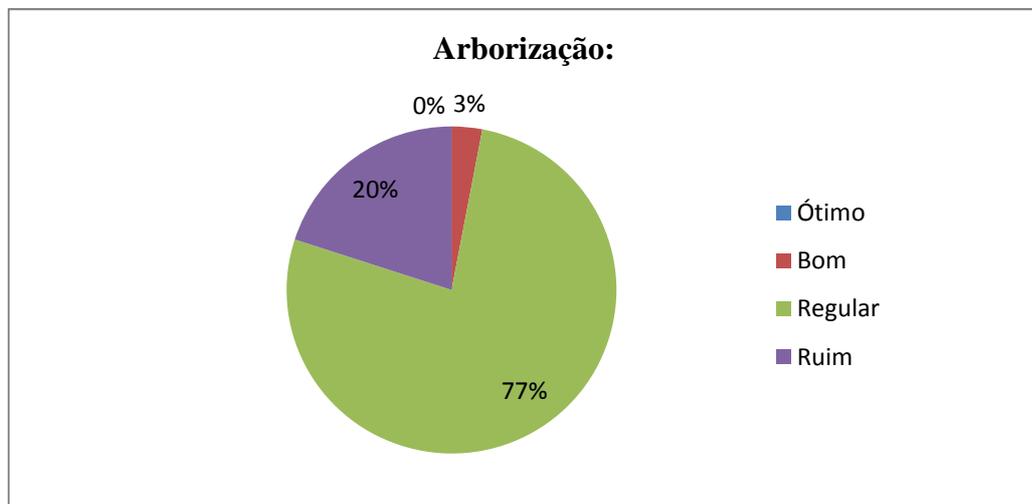


Gráfico 31 - Arborização.

Considerando o gráfico 31 ressalta-se a questão da arborização na orla, para 77% é avaliada como regular, já para 20% é vista como ruim e apenas 3% consideraram como boa.

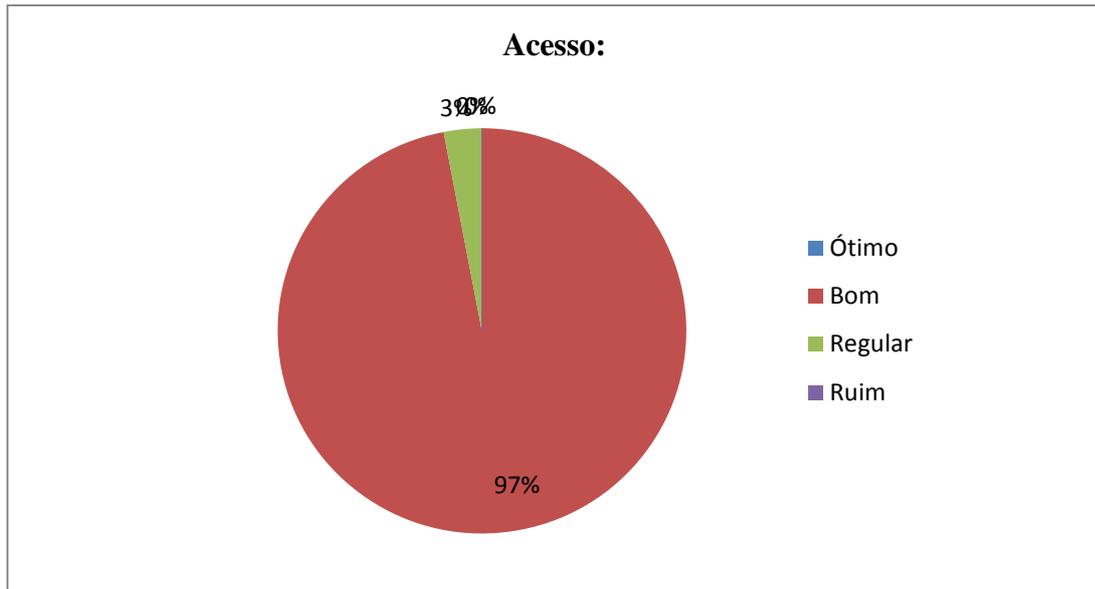


Gráfico 32 - Acesso.

Avaliando o gráfico 32 afirma-se que em relação ao acesso 97% consideraram como bom e 3% como regular. Visto que, as vias que dão acesso a praia estão bem conservadas.

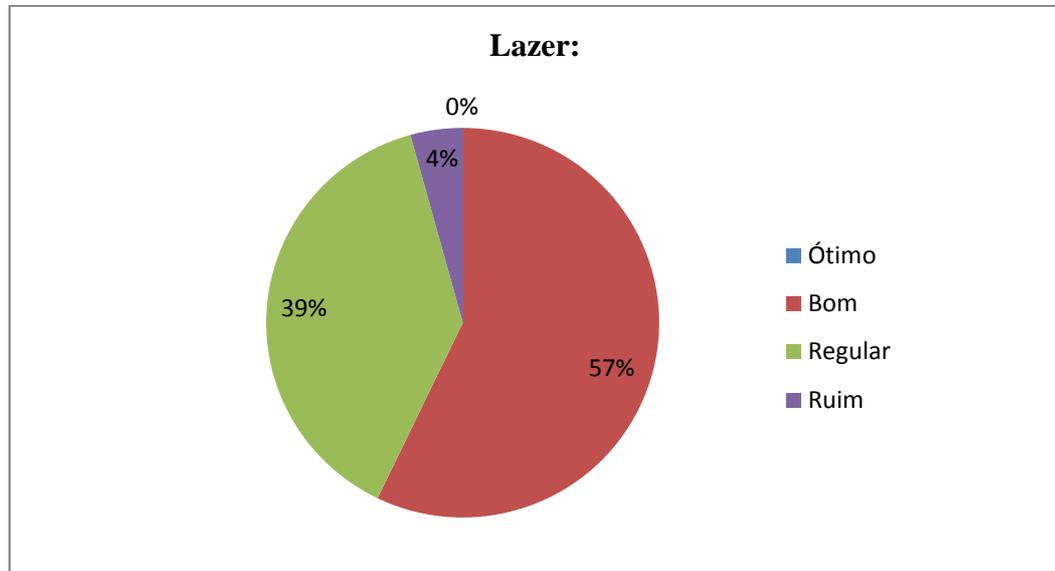


Gráfico 33 - Lazer.

O gráfico 33 mostra que para 57% o local é uma boa opção de lazer, enquanto para 39% é regular e 4% ruim. Lembrando que a Praia do Calhau é muito procurada por jovens da cidade que buscam lazer.

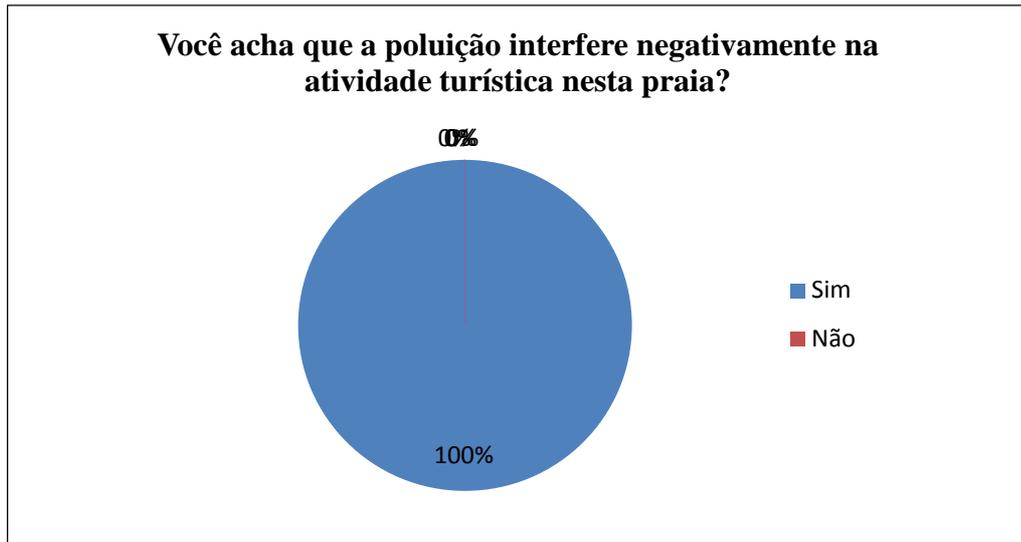


Gráfico 34 - Você acha que a poluição interfere negativamente na atividade turística nesta praia?

Analisando o gráfico 34, pode-se afirmar que 100% dos entrevistados disseram que a poluição interfere sim no turismo. Pois, há risco de doenças de pele, frustra e afasta o turista, ninguém gosta de conviver com a sujeira e São Luís perde para outros destinos melhores estruturados.



Gráfico 35 - Quando você escolheu o destino São Luís, tinha algum conhecimento das condições de balneabilidade que hoje se encontram as praias?

O gráfico 35 expõe que quando escolheram vim para São Luís 67% sabiam das condições de banho que hoje se encontram as praias, todavia, 33% disseram que não tinham conhecimento que as praias estão impróprias para o banho.



Gráfico 36 - Você pretende voltar a São Luís?

No gráfico 36 perguntou-se se os visitantes pretendem voltar a São Luís, e 40% responderam que não, justificando que aqui são cobrados altos preços pra quem é de fora, que a cidade não atendeu a expectativa e aos que já visitaram mais de uma vez relatam que está cada vez pior. Já 60% responderam que pretendem voltar, pois, gostam da cidade, possui parentes que moram aqui ou desejam voltar para ir novamente aos Lençóis Maranhenses.

8 ABORDAGEM AMBIENTAL EM FACE AO TURISMO LITORÂNEO

A relação do turismo com o meio ambiente deu início a partir de meados do século XX, exatamente quando o turismo começou a se desenvolver massivamente no mundo todo e também no Brasil. Na visão de Pires (2002), na década de 50, tal relação era percebida ainda como de coexistência, ou seja, não se idealizavam influências entre ambos. Ademais, na década de 1960, com o surgimento do turismo de massa passou a ser notada a pressão da atividade sobre as áreas naturais, como explicita Dias (2003, p. 15):

Não resta dúvida de que a massificação do turismo contribui decisivamente para a expansão dos problemas ambientais nos destinos turísticos tradicionais, pois o crescimento do turismo exige a construção de toda uma infra estrutura e equipamentos, tanto para acomodação, como para o deslocamento de viajantes. [...] Considerando as modificações provocadas pelo fluxo turístico nas localidades que o recebem, no melhor dos casos, perderão suas condições de naturalidade à medida que se convertam em receptoras de grandes correntes de visitantes.

Como aumento da conturbação ambiental, apenas nos anos de 1970, devido ao despertar da consciência ambiental, as relações entre turismo e meio ambiente passam a ser vistas como conflitantes.

A busca pelo contato com a natureza e a fuga do stress do cotidiano hoje, é umas das principais motivações das viagens de pessoas que desejam o lazer e o descanso, como consequência dessa fuga observa-se a busca por lugares calmos em ambientes muito sensíveis, segundo Ruschmann (1997, p.19),

[...] o contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as consequências do fluxo em massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis, tais como praias e montanhas – devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos evitados [...].

Sendo assim, esse aspecto faz com que ocorra a massificação para locais como, por exemplo: as praias, que se caracteriza pela alta sensibilidade, por isso, se deve planejar minuciosamente o turismo nessas áreas evitando assim, um desgaste irreparável desse valioso patrimônio natural.

As transformações realizadas pelo turismo podem ser de caráter positivo e negativo. Contudo, os espaços naturais sofrem grandes alterações negativas com o aumento da prática turística, como aborda Lemos (2001, p. 22),

[...] a paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas. [...]. O turismo dá também início ao processo de

especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais de tornem completamente secundárias. (...)

Nas paisagens litorâneas, Lemos (2001) enfatiza que apenas a sua beleza cênica já é um grande potencial turístico, pois cada praia apresenta sua paisagem diferenciada que se destacam-se a praia e o mar.

Ainda a mesma autora caracteriza praia e suas características intrínsecas como:

Um espaço natural que possui vocação e requisitos altamente valiosos para o lazer. [...] o cenário litorâneo produz sensações de relaxamento, de escape de tensões diárias, estimula os sentidos através do contato com a água, com a brisa do vento, com a areia, barulho das ondas e dos pássaros etc. (LEMOS, 2001, p.44).

Além disso, Moraes (1999, p.18) também diz que,

[...] o litoral também se particulariza, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio.

O litoral se caracteriza por possuir diversas finalidades no que tange a recreação e o lazer, tais como: caminhar, tomar sol, brincar na faixa de areia, jogar bola, vôlei, surfar, nadar, esportes náuticos, portanto, não existem restrições, há um leque de atividades dinâmicas que podem ser desenvolvidas para qualquer faixa de idade.

Boullon (1985 apud LEMOS, 2001, p.44) caracteriza ainda os banhistas definindo suas atitudes ativa ou passiva em três formas: espectador, ator e ator-espectador.

O espectador seria aquele que ao transitar por uma rodovia observa as praias. Utiliza-se também de praças, belvederes, bancos e jardins. O ator seria aquele que pratica esportes náuticos, o surfe, a natação etc. e por conseguinte observa menos a paisagem pois suas atividades exigem concentração. O ator-espectador entra na paisagem e permanece nela, tomando sol, caminhando, observando, fotografando etc. Desenvolve atividades onde é possível também apreciá-la.

Na praia do Calhau onde fora realizada a pesquisa observou-se a presença dessas três formas de banhistas, pois há pessoas que apenas passam pelo local, há também os praticantes de esportes o surfe e jogando futebol na areia, além de outras atividades. Assim também, como aqueles que continuam no local por algum tempo, seja caminhando, tomando sol ou até mesmo banhando no mar, mesmo estando sem condições, ou seja, poluído.

Muita poluição é o que se encontra hoje praticamente em todas as praias da Ilha de São Luís, (APÊNDICE F), de acordo com a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, as águas das praias serão consideradas PRÓPRIAS, quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver no máximo 800 E.coli/100 mL (NMP -

Número Mais Provável). As águas das praias serão consideradas IMPRÓPRIAS, quando não atenderem os critérios anteriores, ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 2000 E.coli/100 mL (NMP).

Esse aspecto é preocupante e causa indignação, pois é inaceitável que em pleno século XXI, há locais que ainda estão aquém quanto ao saneamento básico e esgotamento sanitário. Hoje, os estudos de balneabilidades são feitos mensalmente pelo poder público nas praias de São Luís.

Segundo Lemos (2001, p.47):

A balneabilidade é o resultado de um sistema de monitoramento que verifica a presença de esgotos nas águas costeiras destinadas ao uso do lazer e recreação de contato primário, cujo programa foi estabelecido pela resolução nº. 20/86, art. 26, do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente. A classificação está baseada em análises de águas litorâneas submetidas a exames laboratoriais, em que os resultados estão vinculados a parâmetros referentes à presença máxima de coliformes fecais em NMP/100 mL.

De acordo com os monitoramentos feitos nos últimos três meses nas praias da capital, através da Superintendência de Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental - SMCQA (ANEXOS A, B, C e D), constatou-se a presença de coliformes fecais acima do considerado normal, então o resultado é que as águas estão impróprias para o banho, principalmente na praia do Calhau, pois pela sua orla é possível notar vários hotéis, pousadas e condomínios e casas de aluguel para temporada, cujo todo esgoto desses locais vão de encontro ao mar de forma *in natura*.

É fato que a cidade deve estar primeiramente preparada para os autóctones e conseqüentemente vai refletir para um turismo melhor estruturado. Ruschmann (2001) aborda que a massificação do turismo, que começou a partir dos anos 50 é um dos grandes responsáveis pela deterioração dos locais naturais que em períodos de altas temporadas, férias recebem um grande contingente de pessoas agravando ainda mais os problemas em relação ao meio ambiente. Na concepção de Dias (2003, p. 51):

O turismo se desenvolve de uma forma bastante rápida, e na mesma perspectiva dos demais segmentos da economia, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem uma preocupação com a preservação desses atrativos que formavam (e formam) a base de sustentação da atividade.

É necessário se pensar em uma forma responsável de se fazer turismo, isto é, planejá-lo sustentavelmente, estruturando-o para proporcionar uma prática que não apenas agrida o meio natural, mas que seu desfrute seja sadio tanto para os turistas quanto para os residentes.

Ignarra (2003, p.167) pressupõe que, “o desenvolvimento sustentável representa um novo direcionamento da atividade e, conseqüentemente, um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países com recursos naturais consideráveis.” Ou seja, é necessário pensar e fazer o turismo sustentavelmente, fato este, que torna imprescindível um adequado planejamento da atividade.

O planejamento sustentável no segmento de órgão público é um meio de estabelecer condições que priorizam o desenvolvimento sustentável, onde este se constitui como instrumento importante na determinação de prioridades para o crescimento harmonioso da atividade. Sendo que ele pode ser a longo, médio e curto prazo, o poder público trabalha com grande frequência com planejamentos de médio e longo prazo devido ao alto custo dos programas de desenvolvimento e da demora da implementação de equipamentos característicos.

De acordo com Bound e Bovy (1977 apud RUSCHMANN, 1997, p. 86) há necessidade de planejamento do turismo nas seguintes circunstâncias:

- Nos locais em que as empresas turísticas estão se estabelecendo com sucesso, a fim de assegurar um controle eficaz do desenvolvimento, no qual se incluem as medidas de proteção do meio ambiente;
- Nos locais em que o crescimento acelerado da demanda, originado no turismo de massa;
- Nos locais onde o turismo não se desenvolveu satisfatoriamente, apesar de apresentarem recursos consideráveis;
- Nos locais onde o desenvolvimento do turismo concorre para a degradação ou a erosão de sítios ou recursos únicos, apesar dos consideráveis benefícios socioeconômicos auferidos pela população receptora.

Entretanto, um das maiores dificuldades dos planos de desenvolvimento turístico consiste na falta de integração com outros programas sociais, econômicos e físicos das localidades. Por isso, acabam sendo executados isoladamente e nem sempre alcançam os objetivos propostos.

Em São Luís, se observa falta de políticas públicas eficazes voltadas para o turismo, cuja desintegração entre as secretarias de governo afetam de forma significativa na construção de uma atividade turística equilibrada.

A sucessão de governos de partidos distintos interfere na continuidade de projetos outrora já deliberados, então quando de reinicia um novo governo são elaboradas novas estratégias para ainda serem planejadas e executadas, dificultando a ascensão do turismo nesta localidade, em decorrência que se vê são falta de saneamento básico, praias poluídas, casarões em ruínas, e serviços oferecidos deficientes.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, conclui-se que o turismo litorâneo é uma forma de lazer e descanso que atualmente está em grande destaque, nessa perspectiva o nordeste se evidencia devido ao seu extenso litoral e pelo clima que facilita a prática desta atividade.

No Maranhão, mais precisamente em São Luís, essa situação não se diferencia por ser uma ilha e conseqüentemente cercada de praias a prática do turismo litorâneo é vista como um dos principais atrativos da Ilha.

Contudo, mesmo essa prática ser uma atividade crescente no mundo moderno na busca pela natureza, o turismo litorâneo enfrenta problemas a serem discutidos e meios para o seu desenvolvimento. Problemas esses existentes pela falta de infraestrutura adequada e pela falta de planejamento e projetos que buscam o desenvolvimento com qualidade na atividade turística.

A relação entre o meio ambiente natural e o turismo sempre será conflituosa visto que, continuamente existe degradação ambiental, por mínimo que seja o risco sofrido no ambiente.

Porém, se a atividade turística for bem planejada, ajudará na minimização dos problemas ambientais. Dentro da atividade turística, o turismo sustentável vem sido defendido como um segmento que busca justamente o equilíbrio dos ecossistemas natural conectado a sustentabilidade local.

Com este estudo, percebeu-se que a Praia do Calhau, assim como as demais praias de São Luís possui grande potencial turístico, onde podemos destacar a sua beleza natural, mas, a degradação ambiental que apresenta com o lançamento de esgoto e o lixo sólido em alguns locais nos remete ao pensamento que tanto o poder público quanto o cidadão têm papéis importantes na preservação desse patrimônio natural.

Quanto à poluição, a praia do Calhau em si pode ser considerada limpa, pois foram vistos poucos lixos pela sua extensão. Todavia, o maior problema está onde nossos olhos não conseguem enxergar, que é o esgoto que se mistura na água. Em reportagem recente no jornal impresso, foi divulgado que através do estudo feito pelo Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água (PCQA), os números indicaram mais de 24 mil coliformes fecais por 100 ml de água. Só para se ter ideia, a quantidade recomendada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é de até mil coliformes para cada 100 ml de água. Ou seja, número de coliformes fecais está muito acima do recomendado pelo Conselho

Nacional de Meio Ambiente. Isso é preocupante, pois São Luís ainda apresenta problemas básicos como falta de tratamento de esgoto e saneamento básico, contribuindo para a diminuição de fluxos de turistas, pois estes seguem para destinos melhores estruturados.

Percebeu-se ainda que os turistas têm mais conhecimento à cerca das consequências da poluição do que os residentes, visto que dificilmente se viu um turista tomar banho na praia, mas durante a aplicação dos questionários e entrevistas foi observado várias pessoas na água e aquelas que indagamos todas eram de São Luís, o que mostra a falta de conhecimento de parte população local.

A praia do Calhau apresenta um grande fluxo de turistas. Para se efetivar um turismo de qualidade em um ambiente essencialmente frágil como as praias, é preciso um planejamento feito por profissionais, inserção da comunidade e sem esquecer-se da educação ambiental. O trabalho de conscientização não pode ser esquecido, pois esses recursos naturais precisam ser vistos com um olhar de preservação e amor à natureza. Esse processo de conscientização e estruturação do turismo deve começar primeiramente com os moradores locais, pois estes precisam entender os benefícios que o turismo irá trazer ao seu povo tanto por aspectos econômicos quanto sociais e através desse aspecto a cidade vai ser boa para a prática do turismo.

Por fim, não pode existir sustentabilidade na atividade turística se não houver equilíbrio ambiental. Perceber e analisar os impactos e avanços com o turismo é primordial para o desenvolvimento de forma sustentável da prática no âmbito litorâneo.

REFERÊNCIAS

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Prodetur**: ampliando as atividades turísticas do Nordeste Disponível em:
<<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp/>>. Acesso em: 3 de jun. 2012.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: Univali, 2002..
- BENI, M.C. **Sistemas de Turismo- Sistur**: estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. Turismo em análise. São Paulo, 1990.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 35. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva: 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).
- BRASIL. Ministério do Turismo. Embratur. **Plano Aquarela: Marketing turístico internacional do Brasil**. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2020.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2011.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Disponível em:
<<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. de 2012
- CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuição do turismo à economia brasileira**. Piracicaba – SP: 2002. Pdf. Tese de Doutorado (Ciências: Economia Aplicada). Universidade de São Paulo.
- CASTRO, L.L.C. **O projeto de expedições para o turismo e ação em Santo Amaro do Maranhão** – Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo. São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 341, de 25 de setembro de 2003. **Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação na Zona Costeira**. Disponível em:
< <http://www.direitoambiental.adv.br/ambiental.qps/Ref/PAIA-6SR8XC>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. 2.ed.Campinas: Papyrus,1998.

CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. **Turismo e hotelaria**. São Paulo: DCL, 2004.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo, Brasil: Contexto, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, A. L. A., & Silva, A. F. C. (2007). **Perdas e ganhos na produção imobiliária: Uma agenda pública para o futuro**. *Scripta Nova*, XI(245). Recuperado de <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24544.htm>. Visitado em 24 de outubro de 2011.

FONSECA, M. A. P. (2005). **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. 1 ed. Natal: Edufrn. PE, 2003.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FUSTER, Luiz F. **Teoria y técnica Del turismo**. Madri: Nacional, 1974. 2.vol.

IGNARRA, Luís Renato. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (org). **Turismo: impactos socioambientais**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MENDES, Eluziane Gonzaga et al. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. In: _____**Mercator**. (jan/jul 2002). Fortaleza: UFC, 2002.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a Zona Costeira do Brasil**. São Paulo. ed: Edusp, 1999.

PEREZ, Amparo Sancho (coord.). **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO. **Plano nacional de gerenciamento costeiro** (Pngc II).

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_sigercom/_arquivos/pngc2.pdf>
Acesso em: 3 de jun. 2012.

RIBEIRO, Eduardo de Jesus. **O espaço humanizado na orla de São Luis do Maranhão:** uma abordagem geográfica (as relações sociais como formadora de territorialidades). Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 1996.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas, SP. ed. Papirus, 1997.

SCHLUTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria.** Tradução: Tereza Jardini. São Paulo: Aleph, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Documento disponível em: < <http://www.sema.ma.gov.br> >. Acesso em 11 de abril de 2011.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Litorâneo básico.** São Paulo. 5.ed. Ed.Senac. São Paulo:2001.

VALLS, Joseph Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão integrada da zona costeira:** ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premium, 2005.

VIERA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e Políticas Públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Pólo de São Luís –MA.** pdf. Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Brasília, 2011.

_____. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: Plano Maior.** São Luís, 2000.

_____. **Manual de geografia do turismo:** meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Universitária da UFPE, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista com donos e/ou funcionários de bares na orla de São Luís

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE TURISMO
PESQUISADORA: DJANE CORRÊA SILVA

A POLUIÇÃO DA ZONA LITORÂNEA DE SÃO LUÍS: um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo

ENTREVISTA COM DONOS E/OU FUNCIONÁRIOS DE BARES NA ORLA DE SÃO LUÍS

PRAIA: _____

1) Como você classificaria a limpeza na praia que você trabalha?

() ótima () boa () regular () ruim

2) Hoje praticamente as praias de São Luís estão impróprias para o banho, como você analisa essa situação?

3) Você ouviu reclamação/ comentários dos frequentadores do bar sobre a poluição da praia?

4) Em sua opinião, quais as consequências para o bar/restaurante essa poluição pode ocasionar?

5) Como você avalia esta de São Luís, subjugando os seguintes itens:

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Balneabilidade				
Limpeza				
Esgoto e saneamento				
Placas de sinalização				
Arborização				
Acesso				
Área de lazer				

6) Quais medidas são realizadas pelo bar para evitar a poluição?

APÊNDICE B - Questionário para residentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE TURISMO
PESQUISADORA: DJANE CORRÊA SILVA

A POLUIÇÃO DA ZONA LITORÂNEA DE SÃO LUÍS: um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo

QUESTIONÁRIO PARA RESIDENTES

PRAIA: _____

1) Sexo:

M F

2) Faixa etária:

entre 18 a 25 anos entre 26 a 35 anos
 entre 36 a 50 anos mais de 50 anos

3) Nível de escolaridade:

fundamental completo fundamental incompleto
 médio completo médio incompleto
 superior completo superior incompleto

4) Você costuma frequentar esta praia:

esporadicamente frequentemente

5) Você costuma tomar banho nesta praia:

frequentemente esporadicamente nunca

6) Você tem conhecimento das condições de balneabilidade desta praia?

sim não outro

7) Como você avalia esta praia de São Luís, subjugando os seguintes itens:

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Balneabilidade				
Limpeza				
Esgoto e saneamento				
Placas de sinalização				
Arborização				
Acesso				
Área de lazer				

- 8) Você acha que a maior responsabilidade de manter a praia limpa, é:
() do cidadão () poder público () outro _____
- 9) Você acha que a poluição interfere negativamente na atividade turística nesta praia?
() sim () não Por quê? _____
- 10) Você tem conhecimento das áreas para onde converge o sistema de esgoto de São Luís?
- 11) Você conhece alguma política pública voltada para a despoluição e preservação ambiental do litoral ludovicense?
() sim () não
Se a Resposta for SIM, qual? _____
- 12) Como você avalia seu papel enquanto cidadão para ajudar na preservação ambiental desta praia?

9) Como você avalia esta praia de São Luís, subjugando os seguintes itens:

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Balneabilidade				
Limpeza				
Esgoto e saneamento				
Placas de sinalização				
Arborização				
Acesso				
Área de lazer				

10) Você acha que a poluição interfere negativamente na atividade turística nesta praia?

() sim () não

POR QUÊ? _____

11) Quando você escolheu o destino São Luís, tinha algum conhecimento das condições de balneabilidade que hoje se encontram as praias?

() sim () não

12) Você pretende voltar a São Luís?

() sim () não

POR QUÊ? _____

APÊNDICE D – Esgotos na praia do Calhau.



Fonte: Djane Corrêa.



Fonte: Djane Corrêa.

APÊNDICE E – Lixo acumulado na praia do Calhau e lixeira.



Fonte: Djane Corrêa.



Fonte: Djane Corrêa.

APÊNDICE F – Reportagens de Jornal impresso sobre as condições de banho das praias de São Luís e São José de Ribamar.

Uma praia de São Luís está em boas condições para banho

Constatação está no relatório divulgado pelo Departamento de Investigação e Análise Laboratorial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que analisou 21 pontos da orla da capital

Diego Torres
Da equipe de O Estado

Nenhuma praia de São Luís apresenta boas condições de banho. É o que diz o relatório divulgado pelo Departamento de Investigação e Análise Laboratorial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DIAL-Sema), que analisou 21 pontos da orla da capital entre as praias. A falta de placas de sinalização das condições de balneabilidade é uma reclamação recorrente feita por banhistas.

De acordo com o levantamento, houve alteração em apenas dois pontos inspecionados que no relatório anterior haviam sido considerados próprios para banho. Os dois locais ficam na praia do Araçagi e apresentam alto índice de coliformes locais.

A elaboração do documento faz parte do monitoramento das condições de balneabilidade das praias de São Luís e a Sema vem divulgando laudos parciais referentes às análises de amostra das águas feitas na orla marítima de São Luís.

Os técnicos da secretaria consideram próprias para banho quando em 100% ou mais do conjunto de amostras obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colidas no mesmo local, houver no máximo 800 bactérias do tipo *Escherichia coli* (e.coli) por 100 mililitros de água. Quando este limite é excedido na quantidade ou valor obtido na última amostragem

relatórios de balneabilidade não tinham nenhuma novidade, como afirmou o empresário Henrique França, e costumam encontrar banhistas desocupados com os riscos de contaminação pela água. "Sempre vai ser assim enquanto o poder público não decidir colorar em prática políticas voltadas para esta questão. O pior disso é que águas ou não, as praias sempre vão estar lotadas", afirmou o empresário.

A principal reclamação feita por vários banhistas e frequentadores diz respeito à falta de sinalização das condições da praia. Ontem, O Estado visitou as seis praias inspecionadas pela Sema e só encontrou duas placas informando o seguinte:

"Condições de balneabilidade encontram-se impróprias para banho. Não banhar caso haja sinais de poluição perceptíveis pelo olfato ou visão. Evitar o uso das praias até 24 horas após a ocorrência de chuvas de maior intensidade".

A balneista Franciane da Silva estava brincando com seus filhos na beira do mar e alegou também desconhecer a poluição nas praias. Ela também disse que, se soubesse, não deixaria as crianças entrarem para não correrem riscos de saúde. "A gente fica preocupada, mas devia ter mais gente explicando isso ou distribuindo panfletos", disse.

A vendedora Sueli Campos disse que, se soubesse onde se

Pela, povo
Veja o que algumas pessoas falam a respeito das praias de São Luís:

"É preocupante ver e saber que está tudo contaminado"
Jorge do Livramento, 41 anos, serviços gerais

"A limpeza pública é deficiente e a segurança só tem em feriados e fins de semana"
Bruno Oliveira, 25 anos, fisioterapeuta

"Eu venho muito à praia, mas não tomo banho por causa da sujeira"
Rayane Miranda, 15 anos, estudante

"Não tem nenhuma placa ou aviso de onde está sujo ou não"
Andreza Mayana, 13 anos, estudante

riam estes pontos, não tomaria banho de mar, mesmo sendo esta a principal opção de lazer durante os fins de semana ou feriados, como foi o caso de ontem.

tem. "Devia ter mais placas mostrando onde está sujo ou não. Talvez assim as pessoas cuidassem mais de sua saúde", disse a vendedora.

Na praia do Olho d'Água, esgoto escorre pela areia e não há placa de informação sobre balneabilidade

Em seis
Ponta d'Areia: 6 pontos analisados
Praia de São Marcos: 4 pontos analisados
Praia do Calhau: 4 pontos analisados
Olho d'Água: 2 pontos analisados
Praia do Meio: 2 pontos analisados
Praia do Araçagi: 3 pontos analisados

for superior a 2000 e.coli por 100 mililitros, recomendando-se não entrar na água.

Despreocupados - Embora os

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão de 09/09/2011.

Praias de São Luís e de São José de Ribamar estão impróprias para banho

Em pontos da capital, foram identificados mais de 3 mil coliformes fecais para cada 100 ml de água; na cidade balneária, trechos da Praia de Panaquatira estão apropriados

Anderson Corrêa
Da equipe de O Estado

Todas as praias de São Luís e de São José de Ribamar estão impróprias para banho. É o que informa o laudo técnico sobre as condições de balneabilidade, divulgado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), referente ao monitoramento realizado nos dias 22 e 23 deste mês em 26 pontos de coleta.

Em alguns pontos das praias da capital, foram identificados mais de 3 mil coliformes fecais para cada 100 ml de água. O nível aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de até 800 coliformes para cada 100 ml. A análise, contudo, considerou dois trechos da orla ribamarense como apropriados para o banho, entre eles, na praia de Panaquatira, próximo à torre de telefonia, e a praia da sede do município.

As causas do nível de poluição são situações como a do esgoto sem tratamento, jogado diretamente nas praias. Segundo o superintendente de Planejamento e Monitoramento da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Hugo Rocha da Silva, essa situação causa muitos riscos à saúde de banhistas. "Essas pessoas podem contrair doenças como leptospirose, colera e hepatite", afirmou.

Placas - Com base no laudo de balneabilidade, a Justiça Federal determinou que a Sema instale placas de alerta para a população que há risco de contaminação. "Em um primeiro momento, estão sendo colocadas placas de alerta. Elas não

prezente coleta e tratamento do esgoto. "Também é necessária a fiscalização das secretarias de meio ambiente do município e do estado, além da atuação da União, por meio do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)", comentou.

Apesar das placas indicativas de condições impróprias para banho, pessoas desconsideram o aviso e continuam entrando no mar. O casal de turistas cariocas Eduardo e Jaina Mosquera trouxe a filha Heloísa, de 1 ano, para conhecer a cidade, e não resistiu ao banho nas praias da capital. "Por onde descemos não avisamos nenhuma placa, por isso resolvemos entrar na praia", disse o turista, que apesar do alerta de O Estado permaneceu na água.

Banhistas ignoram placa que informa qualidade da água imprópria para banho na praia de São Marcos

Mais

Praia	Balneabilidade
Ponta d'Areia	imprópria
São Marcos	imprópria
Calhau	imprópria
Olho d'Água	imprópria
Praia do Meio	imprópria
Araçagi	imprópria
Panaquatira	PRÓPRIA
Praia da Sede	PRÓPRIA
Boa Viagem	imprópria
Juçatuba	imprópria

* Nas proximidades da Torre de Telefonia
* Praia do Balneário

ações das prefeituras municipais, entre elas a redução do lançamento de esgoto *in natura* no mar, ampliação da rede de saneamento básico, que com-

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão de 27/04/2012.

APÊNDICE G – Reportagem de Jornal impresso sobre tratamento de esgotos que são jogados no mar.



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão de 27/06/2012.

ANEXOS

ANEXO A - Estudos laboratoriais realizados em 25/03/2012.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL - SPMA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS

RESULTADO DE BALNEABILIDADE DAS PRAIAS EM 25.03.2012

Pontos	Latitude	Longitude	Localização	Balneabilidade
P1	-2,50126593352878	-44,3183545442331	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P1.1	-2,49800897741314	-44,3133415794037	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P1.2	-2,49662168861907	-44,3107235757673	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2	-2,49410946460035	-44,3079492496368	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.1	-2,49215379895233	-44,3074814556209	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.2	-2,49019989350395	-44,3065436044752	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.3	-2,48643482641749	-44,2907474050352	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P2.4	-2,48649869651953	-44,2882297327797	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P3	-2,48637590163789	-44,2848430248034	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P3.1	-2,48633340538863	-44,2813669657393	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P3.2	-2,4810340309265	-44,2634635558422	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P4	-2,48108742364961	-44,2617748538103	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P4.1	-2,48101240561582	-44,2539256205856	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P4.2	-2,48135589600756	-44,249501903549	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P5	-2,48037253112717	-44,2437795782541	Praia do Olho d'Água	IMPRÓPRIA
P6	-2,47693670519717	-44,2257357714788	Praia do Olho d'Água	IMPRÓPRIA
P7	-2,47002465256502	-44,2113641603019	Praia do Meio	IMPRÓPRIA
P8	-2,46760119290072	-44,2054933915019	Praia do Meio	IMPRÓPRIA

ANEXO B – Estudos laboratoriais realizados em 09.04.2012.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL - SPMA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS

RESULTADO DE BALNEABILIDADE DAS PRAIAS EM **09.04.2012**

Pontos	Latitude	Longitude	Localização	Balneabilidade
P1	-2,50126593352878	-44,3183545442331	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P1.1	-2,49800897741314	-44,3133415794037	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P1.2	-2,49662168861907	-44,3107235757673	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2	-2,49410946460035	-44,3079492496368	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.1	-2,49215379895233	-44,3074814556209	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.2	-2,49019989350395	-44,3065436044752	Praia da Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.3	-2,48643482641749	-44,2907474050352	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P2.4	-2,48649869651953	-44,2882297327797	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P3	-2,48637590163789	-44,2848430248034	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P3.1	-2,48633340538863	-44,2813669657393	Praia de São Marcos	IMPRÓPRIA
P3.2	-2,4810340309265	-44,2634635558422	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P4	-2,48108742364961	-44,2617748538103	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P4.1	-2,48101240561582	-44,2539256205856	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P4.2	-2,48135589600756	-44,249501903549	Praia do Calhau	IMPRÓPRIA
P5	-2,48037253112717	-44,2437795782541	Praia do Olho d'Água	IMPRÓPRIA
P6	-2,47693670519717	-44,2257357714788	Praia do Olho d'Água	IMPRÓPRIA
P7	-2,47002465256502	-44,2113641603019	Praia do Meio	IMPRÓPRIA
P8	-2,46760119290072	-44,2054933915019	Praia do Meio	IMPRÓPRIA

ANEXO C - Nota técnica sobre monitoramento das condições de balneabilidade das prais em 29 e 30/05/2012.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
- SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO
AMBIENTAL - SPMA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS

NOTA TÉCNICA SOBRE MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE
BALNEABILIDADE DAS PRAIAS EM 29 e 30/05/2012

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA informa, abaixo, as condições de Balneabilidade na Orla de São Luís e São José de Ribamar resultante de monitoramento realizado esta semana.

O presente laudo refere-se à ação de monitoramento realizada nos dias 29 e 30 de maio de 2012, integrando a série de acompanhamento semanal dos índices de responsabilidade da SEMA.

Para o presente laudo, foram coletadas amostras nas praias da Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau, Olho d'Água, em São Luís; Praia do Meio, Araçagy, Panaquatira, Praia da Sede, Boa Viagem e Juçatuba, em São José de Ribamar, abrangendo 26 pontos de coleta, empreendida por técnicos do Laboratório de Análises Ambientais e da Superintendência de Planejamento e Monitoramento da SEMA.

Para a avaliação da qualidade da água utilizou-se indicador microbiológico (*Escherichia coli*), para fins de quantificar bactérias/100 mililitros de água do mar, sendo as amostras de água colhidas em situação de maré vazante e na isóbata de 1m. Para isso, utilizou-se o método de substrato cromogênico definido.

O monitoramento obedece aos padrões fixados na Resolução CONAMA nº 274/00, segundo a qual, as águas das praias serão consideradas PRÓPRIAS, quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver no máximo 800 E.coli/100 mL (NMP - Número Mais Provável). As águas das praias serão consideradas IMPRÓPRIAS, quando não atenderem aos critérios anteriores, ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 2000 E.coli/100 mL (NMP).

Registra-se que os resultados coletados na ação de 29 e 30/05/2012 não diferem, quanto aos índices, dos dados auferidos no monitoramento anterior, realizado nos dias 20 e 21 de maio do corrente.

Os resultados coletados nesta etapa são os seguintes:

ANEXO D - Resultados coletados de acordo com o monitoramento realizado nos dias 29 e 30/05/2012.

PONTOS	LATITUDE	LONGITUDE	LOCALIZAÇÃO /PRAIA	BALNEABILIDADE
P1	-2,50126593352878	-44,3183545442331	Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P1.1	-2,49800897741314	-44,3133415794037	Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P1.2	-2,4966216886190	-44,3107235757673	Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2	-2,49410946460035	-44,3079492496368	Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.1	-2,49215379895233	-44,3074814556209	Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.2	-2,49019989350395	-44,3065436044752	Ponta d'Areia	IMPRÓPRIA
P2.3	-2,48643482641749	-44,2907474050352	São Marcos	IMPRÓPRIA
P2.4	-2,48649869651953	-44,2882297327797	São Marcos	IMPRÓPRIA
P3	-2,48637590163789	-44,2848430248034	São Marcos	IMPRÓPRIA
P3.1	-2,48633340538863	-44,2813669657393	São Marcos	IMPRÓPRIA
P3.2	-2,4810340309265	-44,2634635558422	Calhau	IMPRÓPRIA
P4	-2,48108742364961	-44,2617748538103	Calhau	IMPRÓPRIA
P4.1	-2,48101240561582	-44,2539256205856	Calhau	IMPRÓPRIA
P4.2	-2,48135589600756	-44,249501903549	Calhau	IMPRÓPRIA
P5	-2,48037253112717	-44,2437795782541	Olho d'Água	IMPRÓPRIA
P6	-2,47693670519717	-44,2257357714788	Olho d'Água	IMPRÓPRIA
P7	-2,47002465256502	-44,2113641603019	Praia do Meio	IMPRÓPRIA
P8	-2,46760119290072	-44,2054933915019	Praia do Meio	IMPRÓPRIA
P9	-2,46370704450574	-44,195866608072	Araçagy	IMPRÓPRIA
P10	-2,46331820801742	-44,1921400977412	Araçagy	IMPRÓPRIA
P11	-2,46229410708768	-44,187624934141	Araçagy	IMPRÓPRIA
PT1	-2,60214632381914	-44,1054374072958	Panaquatira	PRÓPRIA
PT2	-2,56215301139048	-44,0539595321591	Panaquatira	IMPRÓPRIA
PT3	-2,50085466915519	-44,0275493623012	Praia da Sede	IMPRÓPRIA
PT4	-2,49134574379882	-44,0354218019529	Boa Viagem	IMPRÓPRIA
PT4	-2,49134334381787	-44,0354245019319	Juçatuba	IMPRÓPRIA

Carlos Victor Guterres Mendes
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão